



ANA ELIZA SILVA BARBOSA

**ANÁLISE DOS DISCURSOS QUE PERMEIAM AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS MÍDIAS: o que a presença
do negro pode significar**

LAVRAS - MG

2021

ANA ELIZA SILVA BARBOSA

**ANÁLISE DOS DISCURSOS QUE PERMEIAM AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS MÍDIAS: o que a presença
do negro pode significar**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Letras Português/ Inglês e suas Literaturas, para a obtenção do título de Licenciada.

Professora Dra. Márcia Fonseca de Amorim

Orientadora

LAVRAS - MG

2021

Dedico este trabalho a Deus, o Autor e
Consumador de minha vida.

Aos meus pais, Dênis e Kátia, e ao meu irmão Sávio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui e me dar força e saúde. Por Sua graça e misericórdia sobre a minha vida. Por me fazer descansar e sossegar em meio ao caos. Por Seu perfeito, infinito e incomparável amor.

Aos meus familiares, principalmente meus pais, Dênis e Kátia, por todos os esforços para garantir meus estudos, meu irmão Sávio, meu avô Fabiano (in memoriam) e minha avó Lazarina, pelo apoio incondicional em todos os sentidos. Muito obrigada por me ensinarem tanto! Por serem amor, carinho, cuidado e calma quando eu precisei. Muito obrigada por me ensinarem que a vida é uma passagem e os bons momentos precisam ser aproveitados.

Ao meu namorado, Victor, pelo incentivo e apoio singulares. Muito obrigada pela escuta, carinho, compreensão e por tornar tudo mais leve.

À minha orientadora, professora Dra. Márcia Fonseca de Amorim, pela oportunidade, confiança, dedicação e paciência. Muito obrigada!

A todos os meus professores do curso de Letras da Universidade Federal de Lavras por tudo que me ensinaram e por me inspirarem no exercício da docência.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos em Análise de Discurso (NEADi) pelas discussões, reflexões, eventos e partilhas.

Aos meus colegas e minhas colegas de curso pelas alegrias, conhecimentos e ideias compartilhadas. Pelas inúmeras ajudas e por tantos desafios e superações que vivemos juntos.

Eu não sou racista, eu não
Inclusive a empregada e o jardineiro da família são negros
A babá também era, mas foi desligada
Depois que começou a fazer a facul, chegou duas vez atrasada

Olha tamanha irresponsabilidade
Depois quer vim falar de falta de oportunidade?
Engraçado, né? Cês gosta memo' é de pegar atalho
Mas a conquista só vem com o mérito do trabalho

Vocês que vivem de cota, Bolsa isso, Bolsa aquilo
Têm coragem de falar que eu sou o privilegiado?
Enquanto cês tão na rua roubando e traficando
Eu tô dentro do escritório dando um trabalho dobrado

(...)

Trago marcas profundas na minha memória
Abolição aqui só aconteceu nos livro de história
Nessa conversa só existe dois lados
O com o passado escravocrata e o outro com o passado escravizado

Polícia brasileira é a que mais mata no mundo
No Brasil morre um preto a cada vinte e três minuto
Agora, sejamos francos
Quantas pessoas cê conhece que morreu só por ser branco?

Você não é racista? Tá bom
Mas sua justificativa afirmou o quanto cê é boçal
Tá incrustado, enraizado na mente o padrão
Que relação normal com preto é de patrão e serviçal

Sequestraram guerreiros, estupraram rainhas
Aplicaram todo tipo de crueldade e covardia
Nosso sangue é base dessa economia
E você tem coragem de falar de meritocracia?

Cota não é esmola, é a inclusão
De um povo sequestrado e deixado sem reparação
Olha o seu atraso
Não quer ou não percebe que a violência é consequência do seu descaso?

(...)

E se a lei fosse cobrar quem rouba e mata
A cadeia tava lotada de terno e gravata
(Eu não sou racista, Nego Max, 2020)

“(...) não há censura completamente eficaz: os
sentidos escapam e pegam a gente a seu modo”

(ORLANDI, 2007a, p.131)

RESUMO

O presente trabalho busca refletir acerca dos efeitos de sentido promovidos por publicações nas mídias digitais a respeito do protagonismo do negro na produção cinematográfica *live action* remake intitulada “The Little Mermaid”, a partir da análise de enunciados e textos verbais e não verbais, embasada nos estudos da Análise de Discurso, especialmente nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. O corpus deste trabalho constitui-se de imagens capturadas em redes sociais, como o Twitter e o Instagram, de comentários e publicações em que páginas e usuários se propuseram a expressar suas ideias, opiniões e palpites sobre a escolha de uma atriz negra para representar o papel da personagem protagonista do filme, a Ariel. Para isso, como proposta metodológica, foram realizados gestos de leitura e de interpretação, a fim de compreender os motivos que impulsionaram a (re)produção de discursos que demonstram a desaprovação, o descontentamento e incômodo em relação a notícia da atuação de Halle Bailey, a atriz selecionada pela Disney. Busca-se perceber como essas posturas, adotadas pelos usuários das redes sociais, evidenciam a presença do discurso racista na sociedade brasileira, bem como as práticas de um racismo velado, silencioso, mas ativo.

Palavras-chave: Protagonismo; Análise de Discurso; Redes Sociais; Discurso racista.

ABSTRACT

The present work seeks to reflect on the effects of meaning promoted by publications in digital media regarding the protagonism of black people in the *live action* remake film production entitled “The Little Mermaid”, based on the analysis of verbal and non-verbal statements and texts, based on Discourse Analysis studies, especially in the works of Michel Pêcheux and Eni Orlandi. The corpus of this work consists of images captured on social networks, such as Twitter and Instagram, comments and publications in which pages and users set out to express their ideas, opinions and guesses about the choice of a black actress to represent the role of the main character of the film, Ariel. For this, as a methodological proposal, reading and interpretation gestures were carried out, in order to understand the reasons that drove the (re) production of discourses that demonstrate disapproval, dissatisfaction and discomfort in relation to the news of Halle Bailey's performance, the actress selected by The Walt Disney Company. One seeks to understand how these attitudes, adopted by users of social networks, highlight the presence of racist discourse in Brazilian society, as well as the practices of a veiled, silente, but active racism.

Keywords: Protagonism; Discourse Analysis; Social media; Racist discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 ANÁLISE DE DISCURSO E O PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO	12
2.1 Língua, Sujeito e Ideologia	16
2.2 A memória como elemento constitutivo das relações intersubjetivas.....	20
2.3 O papel da memória na relação sujeito/mundo	25
2.4 Memória e silêncio	27
3 DA DIÁSPORA AO GENOCÍDIO: PROCESSOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.....	31
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	50
5 ANÁLISE DOS DADOS	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as redes sociais exercem um papel impactante dentro a sociedade conectada. São muitas informações veiculadas diariamente por diferentes mídias digitais que trazem, além dos acontecimentos apresentados, opiniões dos internautas na forma de comentários. Tais opiniões, assim como as informações a que as motivaram, carregam diferentes posicionamentos discursivos que, muitas vezes, propagam preconceitos de diversas naturezas no ambiente virtual. Insultos, preconceitos, discriminações, homicídios e até suicídios vêm ocorrendo a partir de motivações que são postadas, compartilhadas e reforçadas por páginas e usuários dessas redes. Sabemos que não menos dolorosas são as violências simbólicas que atingem tanto o físico quanto o psicológico dos seres humanos. Mesmo o Brasil, que é um país de população massivamente negra, vemos que a discriminação racial e as violências contra o negro ainda estão presentes nos mais diversos setores da sociedade brasileira. O padrão cultural consumido e louvado ainda é o branco ocidentalizado.

A vista disso, percebemos que, juntamente com o racismo aplicado aos negros, existe uma sucessão de movimentos histórico-político-sociais que se intercalam desde o início da constituição do país, que reforçam a estrutura piramidal em que os negros estão destinados a ocuparem a parte inferior, ficando impedidos de atingirem determinados lugares e de exercerem determinadas posições na sociedade. Esses movimentos retomam, a todo momento, a estrutura social colonial que, por sua vez, foi responsável por impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Percebemos também que, atualmente, o discurso racista ganha ainda mais força quando é (re)produzido nas redes sociais. Através da bandeira da democracia social fortemente erguida no país, o discurso racista torna-se cada vez mais ativo, porém difuso e silencioso. Dessa maneira, buscamos, neste trabalho, analisar e compreender como se efetuam os processos de representação e construção da identidade do negro brasileiro mediante os meios digitais a partir da análise de postagens referentes ao protagonismo de uma personagem negra para um clássico da Disney. Portanto, pretendemos, por meio dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, refletir e buscar compreender como foi e ainda é o posicionamento da sociedade em relação à participação do negro em produções cinematográficas protagonizadas por sujeitos brancos. Pretendemos analisar e refletir como a imagem e a identidade do negro vêm sendo (des)construídas e representadas nas redes sociais para problematizar questões como o racismo e a busca pela perfeição já que essas questões intensificam a dificuldade existente em aceitar o

exercício do negro em diversos papéis sociais, o branco exerce função dominante. Diante disso, nos propomos a analisar os enunciados (re)produzidos nas redes sociais pela sociedade brasileira em relação à notícia, publicada em 03 de julho de 2019, de que Halle Bailey, uma jovem negra, foi a atriz selecionada pela Disney para representar a personagem protagonista do filme “The Little Mermaid”, a sereia Ariel. Nas reflexões, lançamos os seguintes questionamentos: Que tratamento vem sendo dado pelas mídias sociais ao protagonismo do negro em produções cinematográficas? Que representações simbólicas do negro estão sendo construídas nesse ambiente?

O objetivo principal é analisar os efeitos de sentido promovidos por publicações nas mídias digitais a respeito do protagonismo do negro na produção cinematográfica *live action remake* intitulada “The Little Mermaid”. E ainda, compreender quais são os processos históricos e discursivos que originaram e que ainda perpetuam o incômodo que a sociedade brasileira compartilha em relação ao protagonismo do negro; refletir sobre o apagamento da imagem do negro nos momentos históricos que envolvem lutas raciais, principalmente no que diz respeito à participação feminina nesses acontecimentos; elencar os elementos que apontam para discursos de ódio em relação às notícias sobre a mudança de estereotípias proposta pela Disney para a personagem Ariel, que será vivida por uma mulher negra na versão *live action remake*; e evidenciar a relação do desejo e poder com a vontade de verdade, conforme defende Foucault, na análise dos dizeres que circulam nas redes sociais envolvendo o protagonismo do negro, tendo em vista que há toda uma conjuntura que visa perpetuar a supremacia social e racial do branco.

Nesse intuito, com base no referencial teórico adotado, levando em consideração o impacto social que muitas publicações e conteúdos digitais promovem, consideramos de grande importância e necessidade um estudo que vise compreender como se encontram difundidas as relações vivenciadas pelo negro e a visão que este tem de si mesmo perante os processos de representação e construção de identidade negra. Buscamos entender não só como é o posicionamento do branco em relação a identidade negra, mas também “que “negro” é esse na cultura negra” e como os negros se veem frente aos modelos e padrões impostos socialmente a partir das reflexões de Hall (2003).

A partir da perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, a qual se detém a estudar a língua para além da concepção que a entendia somente enquanto estrutura – a proposta formalista que pregava a ideia de texto sem sujeito, da neutralidade na linguagem, de que os sujeitos são as fontes dos dizeres e dos sentidos e a própria noção de interpretação, como se fosse possível ativá-la em momento específico – temos a possibilidade de trabalhar as nossas

reflexões percebendo que assim como o social não se separa do histórico, língua e discurso são inseparáveis. Por isso, entendemos que a Análise de Discurso é possibilitadora de observações, considerações e reflexões significativas e importantes para pensarmos as relações complexas entre língua/discurso, história/ideologia, sujeito/mundo.

Dessa forma, a AD entende que a língua não é uma estrutura fechada em si mesma e, por isso, está sujeita a falhas. Na fundamentação do aparato teórico da AD, Pêcheux utilizou-se das contribuições do Materialismo Histórico (e a teoria da Ideologia), da Psicanálise (e a noção de Inconsciente, ou, na Análise de Discurso, o de-centramento do sujeito) e da Linguística (deslocando a noção de fala para discurso). Para a AD, a língua é um fato social que se encontra relacionada à exterioridade, à ideologia e ao inconsciente.

O discurso, objeto de estudo da AD, é a materialidade da língua e da ideologia. É o discurso que nos permite observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história. Na perspectiva discursiva, a língua não é transparente, mas sim opaca. E é justamente essa opacidade que nos permite ter acesso a diferentes possibilidades de leitura. Assim como a ideologia, a história e o sujeito, a língua está sempre em movimento. É com base na fundamentação teórica da AD Pecheutiana que buscamos refletir sobre os sentidos que vêm se formando na/pela história de constituição da sociedade brasileira em relação à atuação da população negra em posições de protagonismo.

Este trabalho encontra-se dividido em dois capítulos teóricos, um dedicado à reflexão sobre a Análise de Discurso e os processos de interpretação e o outro dedicado à reflexão sobre Diáspora, genocídio e processos de (des)construção da identidade do negro brasileiro. No quarto capítulo, encontram-se os aspectos metodológicos que possibilitam os movimentos de análise e reflexões propostos. E, em seguida, encontra-se a análise dos dados coletados. Por fim, o último capítulo reúne as reflexões e respostas às questões levantadas no decorrer da realização deste trabalho.

2 ANÁLISE DE DISCURSO E O PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO

A análise do discurso consiste em uma proposta teórica que visa estudar o discurso em toda a sua complexidade, por meio da relação que a língua, enquanto trabalho simbólico, estabelece com a exterioridade e os efeitos de sentido que essa relação promove. Ao fazer uso da língua, o homem significa o mundo e se significa nela. Conforme defende Orlandi (2007b, p.15), existe “uma necessidade” responsável por reger o processo de significação. Tal necessidade permite, portanto, traçarmos a afirmação de que um texto não pode “se desenvolver em qualquer direção”, pois é o seu relacionamento com a exterioridade que é capaz de conduzir a significação.

Foucault (2009, p.7) aloca a instituição social em um papel muito ativo e agente no processo de construção do discurso que “está na ordem das leis”, colocando o “desejo” ironicamente em posição de dúvida sobre a possibilidade de aceitar ou não entrar nessa ordem. Em seus estudos sobre o discurso, o autor parte da seguinte hipótese:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2009, p.8-9).

É a partir dessa reflexão que Foucault (2009, p.9) consegue elencar os procedimentos que ele defende serem os responsáveis pela “manipulação”/condução dos discursos no cotidiano da sociedade. O primeiro deles é o de *exclusão* que, segundo o autor, se concretiza a partir da interdição, já que, como ele mesmo reforça, “não se tem o direito de dizer tudo (...) em qualquer circunstância (...) não pode falar de qualquer coisa”. E, dentro da interdição, o autor ainda classifica três tipos/desdobramentos que podem ocorrer: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito exclusivo ou privilegiado do sujeito que fala.

Para Foucault (2009, p.10), esse processo pode ser identificado no interior da sociedade já que as principais grandes áreas que apresentam as maiores lacunas e que, de certa forma, exercem “seus mais temíveis poderes” são as regiões da sexualidade e da política. De acordo com o autor, são nessas regiões que o desejo e o poder são revelados por meio das interdições que afetam os discursos que se desenvolvem no interior delas.

Outro procedimento de exclusão tratado pelo autor se refere à oposição razão e loucura, classificando-o não mais como uma interdição, mas sim como uma separação, uma rejeição. Dessa forma, Foucault (2009, p.12) questiona o valor que o discurso do louco assume na

sociedade e como funciona o processo de anulação de seus dizeres, já que, segundo ele, por muito tempo, “o discurso do louco retornava ao ruído”.

O autor também chama a atenção para o que pode ser considerado verdadeiro e o que pode ser considerado falso em um determinado discurso. Para isso, Foucault (2009, p.14) também retoma discussões remotas para demonstrar que a validação de um discurso também sofreu uma separação que foi “historicamente construída”. É preciso entendermos que, atualmente, a verdade não está com quem possui o direito de fala, nem sequer em ninguém, hoje a verdade sequer reside em um sujeito ou em um grupo deles, mas sim reside no enunciado em si, ou seja, foi deslocada.

O terceiro procedimento que atravessa o discurso, segundo o autor, é a vontade de verdade. De acordo com o autor, ela retoma tanto a interdição por meio da palavra proibida quanto por meio da segregação da loucura, tornando-se mais forte e mais incontornável. Por isso, Foucault (2009, p.19) ressalta que pouco se discute sobre a vontade de verdade, já que ela mesma é muito confundida, “mascarada pela própria verdade”, fato que reforça sua infiltração entre os discursos. E, é a partir disso que Foucault consegue reforçar ainda mais a presença do desejo e do poder nos discursos. Ainda, segundo Foucault (2009, p.20), a vontade de verdade se “esconde” por detrás da verdade como “força doce”, e isso acaba por contribuir seu entendimento como “maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar”. É nesse movimento que, segundo autor, acontece a interdição e manifesta-se a loucura.

Apoiado em uma visão filosófica, Foucault (2009, p.46-47) desperta a reflexão sobre o tema do sujeito fundante em relação à “realidade do discurso”. Dessa forma, ele concebe o sujeito fundante como aquele que é capaz de preencher “as formas vazias da língua” e criar os “horizontes de significações”. E, nesse sentido, Foucault reorganiza o conceito de discurso:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido podem voltar à anterioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2009, p.49).

Dessa forma, Foucault (2009, p.52) trabalha com noções que ajustam as práticas de análises do discurso. É preciso duvidar do conhecimento da fonte dos discursos (princípio da inversão). É necessário, segundo autor, reconhecer “o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”. E, por meio do princípio da descontinuidade, Foucault (2009, p.52-53)

inaugura que os “discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. “Não transformar o discurso em um jogo de significações prévias” (FOUCAULT, 2009, p.53), consiste no princípio da especificidade defendido pelo autor já que o discurso é atingido pelas práticas que lhe são impostas. A última noção que Foucault chama a atenção encontra-se fixada no movimento que envolve o aparecimento de um discurso que, muitas vezes, não é notado ou, ainda que o seja, é pouco explorado. Ou seja, é preciso atentarmos para a exterioridade do discurso que muito tem a contribuir no processo de “leitura”/análise.

Foucault (2009, p. 55) traz uma noção cara para a Análise do Discurso, qual seja, a noção de acontecimento, e, para isso, ele remete-se ao papel da história e dos historiadores. Segundo o autor, a história “como praticada hoje, não se desvia dos acontecimentos; ao contrário, alarga sem cessar o campo dos mesmos”. E, como os discursos precisam ser tratados como conjunto de acontecimentos, dessa forma, o acontecimento admite forma na materialidade mesmo não sendo da ordem dos corpos, como afirma Foucault.

Para analisarmos conjuntos de enunciados, segundo Foucault (2008, p.24), é preciso que as “formas imediatas de continuidade” sejam suspensas para só então iniciar-se o processo de investigação das unidades que se formam e a partir de quais regras surgiram os enunciados. Segundo o autor, existe um limite no “campo dos acontecimentos discursivos” imposto pelas sequências linguísticas, que possibilita a seguinte reflexão proposta pelo autor: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. Assim, Foucault aponta para uma reflexão sobre a “intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas”. Isso se configura no grande desafio do pesquisador, “descobrir a palavra muda”. A partir dessa concepção, podemos entender o quão amplo, profundo e complexo é o discurso e muito mais ainda é a sua análise, pois o enunciado faz emergir questões que “nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (p.25), ou seja, instaura jogos de relações entre os dizeres e os já-ditos.

Foucault (2008, p.28) elabora quatro hipóteses para trabalhar com a reflexão que ele traça de que possa existir um grupo de relações entre os enunciados. Assim, a primeira hipótese levantada por ele é que os enunciados se diferem em sua forma, são “dispersos no tempo”, mas formam um conjunto quando “se referem a um único e mesmo objeto”. De acordo com Foucault, cada esfera discursiva constitui seu objeto e o transforma. A segunda hipótese traçada por Foucault consiste na tentativa de descortinar elementos que configuram quanto a forma e quanto ao tipo de encadeamento entre as relações estabelecidas pelos enunciados. Segundo

Foucault (2008, p.30), “Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos heterogêneos (...) como se apoiam uns nos outros a maneira pela qual se supõem ou se excluem”.

A terceira hipótese busca entender se existe uma unidade discursiva entre os enunciados e, para isso, Foucault propõe uma análise sobre o jogo das aparições e dispersões dos enunciados. Por fim, na quarta hipótese, Foucault busca refletir sobre a identidade e a persistência dos temas. Segundo o autor, um único tema a partir de dois tipos de discursos reflete-se em identidades diferentes.

Dessa forma, Foucault (2008, p.33) chega a seguinte definição:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Em seguida, o autor empenha-se em refletir sobre a formação dos objetos no interior das formações discursivas. De acordo com Foucault, para entendermos como funciona esse processo e alcançar as respostas aos questionamentos propostos, primeiramente, seria preciso demarcar as superfícies em que os objetos surgem nas diferentes sociedades. É preciso refletir sobre as condições históricas em que os objetos se originam e no foco da análise. Foucault (2008, p.39) afirma que apesar de as relações serem estabelecidas entre instituições, não são elas que são desenvolvidas. As relações discursivas não são nem internas nem externas ao discurso, elas “estão, de alguma maneira, no limite do discurso”. É interessante percebermos que, seguindo tal raciocínio, o discurso pode ser construído enquanto prática.

De acordo com Foucault (2008, p.40), todos esses desdobramentos não resultam em uma configuração, mas sim em “um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade”. O autor propõe percepções a respeito das modalidades enunciativas. Dessa forma, podemos perceber o quão é importante refletir sobre quem fala, pois, o sujeito falante encontra-se envolvido em um status. Ainda segundo o autor é preciso compreender como os lugares institucionais operam. As posições assumidas pelo sujeito “se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2008, p.44). A isso, Foucault ressalta que é preciso somar também a questão de que nessas situações o sujeito detém de posições que ele pode ocupar “na rede de informações”.

Foucault assume o ponto de vista de que se existe uma unidade no discurso, ela se origina do feixe de relações em que as modalidades discursivas, citadas anteriormente, se dispõem em empregar sob o discurso. Com isso, é interessante percebermos como quebra a perspectiva de unificação do sujeito, já que, para ele, a percepção dessas modalidades de enunciação não sintetiza um sujeito, mas pelo contrário, manifestam sua dispersão. A formação dos conceitos, para Foucault, se estabelece a partir da organização do campo de enunciados.

Em relação à língua, Pêcheux (2014, p. 81) vai dizer que “todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística.” O autor afirma também que a discursividade não diz respeito à fala em si e que todo processo discursivo, ou seja, a relação existente entre os elementos que atuam no sistema linguístico, como as paráfrases, as sinonímias, as substituições, inscrito em uma dada formação discursiva, envolve relações ideológicas de classes.

P. Henry (1974), conforme cita Pêcheux (2014), propõe o termo “pré-construído” em contraposição ao que se entende como já construído no enunciado, para designar o efeito de encaixe sintático, nas relações discursivas. Pêcheux entende que, com essa “questão do pré-construído, chegamos a um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a Linguística” visto que “todo ‘conteúdo de pensamento’ existe na linguagem, sob a forma do discurso.” (PÊCHEUX, 2014, p.89).

Em relação à ideologia, o autor vai defender que, além de determinações econômicas, as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção também se revelam expressivamente entre a sociedade e é para essas condições que vai aprofundar suas reflexões, dialogando com o que Althusser (1970) defendeu em seus estudos sobre a ideologia. Para Pêcheux (2014, p. 130), falar de “reprodução/transformação” é designar o caráter contraditório de todo modo de reprodução que se baseia numa divisão de classes, já que “a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes ‘passa por’ aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado”. No próximo tópico, aprofundaremos um pouco mais essa discussão.

2.1 Língua, sujeito e ideologia

Althusser (1970), em seu texto, “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, dedica-se em desenvolver uma reflexão sobre a relação da ideologia com a reprodução das condições de produção entre as sociedades. O autor faz uma releitura dos estudos de Marx presentes no

Livro II do Capital (1885), para discutir a reprodução das condições materiais da produção. Para Althusser (1970), p. 10-11), o próprio processo de produção “põe em movimento forças produtivas existentes em (dans et sous) relações de produção definidas”. A partir da reprodução da força de trabalho, ocorre submissão às regras pertencentes à ideologia dominante nesse processo.

O que é verificado por Althusser é que, além do salário que cumpre o papel de assegurar a reprodução da força de trabalho, outras instâncias e instituições funcionam da mesma maneira. Os agentes “da produção, da exploração e da repressão (...) devem estar de uma maneira ou de outra «penetrados» desta ideologia, para desempenharem «conscienciosamente» a sua tarefa” (ALTHUSSER, 1970, p.22). Enquanto o Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia. Ambos compartilham da violência e da ideologia, são controladores-exploradores. Para Althusser (1970) não existe aparelho puramente repressivo, assim como não existe aparelho puramente ideológico.

Embora ambos detenham da repressão e da ideologia, podemos perceber que, conforme afirma Althusser, é pelo intermédio da ideologia dominante que se estabelece uma “harmonia” entre o que ocorre no aparelho repressivo de Estado e o que ocorre nos Aparelhos Ideológicos de Estado, e ainda entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado. O autor entende que a ideologia não vai representar o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas vai representar a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem. A ideologia, para o autor, tem existência material e também uma história. Althusser vai dizer que a ideologia não existe como uma pedra ou como uma espingarda, mas “ela existe sob diferentes modalidades, todas enraizadas em última instância na matéria «física».” (ALTHUSSER, 1970, p.85).

Assim, o autor conclui que só existe prática através e sob uma ideologia; Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos, uma vez que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos – “somos sempre já sujeitos e, como tais, praticamos ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que nos garantem que somos efetivamente sujeitos concretos, individuais” (ALTHUSSER, 1970, p.97). O processo de interpelação, por sua vez, produz, para os sujeitos, um efeito de estar fora da ideologia, fato que Althusser argumenta ser pela denegação que a própria ideologia traz consigo: “a ideologia nunca diz «sou ideológica»” (ALTHUSSER, 1970, p.101).

A ideologia, segundo Orlandi (1999, p.47) “não é ocultação mas função da relação necessária entre língua e mundo”. Ainda segundo a autora, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento. Para Orlandi

(2007b, p. 31), “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” Dessa forma, podemos perceber como o sujeito é um lugar de significação que se constrói historicamente e que a ideologia é resultado da relação entre língua, história e sujeito na materialidade discursiva.

A ideologia nasce da necessidade conjunta de três elementos: o sujeito, a língua e a história. Por isso, “a singularidade não é um efeito da vontade do sujeito, ela resulta do modo singular com que a ideologia o afeta” (ORLANDI, 2007b, p.100). A relação com o simbólico, dessa maneira, é uma relação com a interpretação, é a base para que se possa constituir os sentidos. Percebermos, então, que é através de um processo imaginário que o sentido vai se produzir no sujeito, resultando na relação linguagem/pensamento/mundo. Logo, assim como a ideologia, a interpretação é igualmente necessária para os sujeitos.

A sociedade, de acordo com Pêcheux (2014, p. 130), não “experiencia” a ideologia de maneira homogênea. “As ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas”. Podemos entender que a própria instalação dos aparelhos ideológicos de Estado vai ser capaz de realizar a ideologia dominante entre as práticas na sociedade, visto que “os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante (...) eles são seu lugar e meio de realização”, conforme defende Pêcheux (2014, p.131). É preciso atentarmos também, de acordo com Althusser (1985, p. 106), citado por Pêcheux (1975, p.131), que os aparelhos ideológicos de Estado não são “puros instrumentos da classe dominante (...) ‘é, ao contrário, palco de uma dura e ininterrupta luta de classes”

Para Pêcheux, existe um conjunto complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado que estabelecem as relações de contradição-desigualdade-subordinação e que formam as condições ideológicas que cercam a reprodução/transformação das relações de produção. Pêcheux (2014, p. 133) afirma que as relações de desigualdade-subordinação entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado, ou seja, as regiões, os objetos e as práticas que lhe correspondem, vão constituir a cena da luta ideológica de classes. A objetividade material que compõe a ideologia, conforme o autor, é composta pela estrutura da desigualdade/subordinação das formações ideológicas de uma dada formação social. Essa estrutura promove a produção/transformação das lutas ideológicas de classe.

Ancorado nos estudos de Althusser, Pêcheux (2014, p. 134) defende o ponto de vista de que a “ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” uma vez que todas as práticas sociais são atravessadas por posições ideológicas e os sujeitos que atuam nelas são, por natureza, ideológicos. É por meio da interpelação que o sujeito e os sentidos se constituem e, essa constituição, segundo Pêcheux (2014, p. 140) se dá a partir de um “processo (de representação)

interior ao não sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é “preso” nessa rede” (PÊCHEUX, 2014, p.143).

Em relação ao efeito-sujeito, Pêcheux (1975, p. 150) defende que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” já que é por essa interpelação que a ideologia vai fornecer a cada sujeito sua “realidade”. E, assim, Pêcheux recorda o que Althusser afirma como “reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo” (Althusser, 1985, p.103, citado por Pêcheux, 1975, p.158). Segundo Pêcheux (1975, p.158), é “nesse reconhecimento que o sujeito se “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa”.

Em relação à forma-sujeito do discurso, Pêcheux vai definir que é a partir de um movimento de retomada de jogo que a ideologia vai construindo, por meio de desvios linguisticamente marcados, as evidências necessárias para que todos os sujeitos, envolvidos no discurso, saibam a forma-função de cada outro sujeito. São essas evidências, “que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.” (PÊCHEUX, 2014, p.146).

Um ponto importante para ressaltarmos é que, segundo Pêcheux, esse caráter material dos sentidos está em uma relação de dependência com as formações ideológicas. Ou seja, o sentido é determinado de acordo com as posições ideológicas que são acionadas no jogo dos processos sócio-históricos envolvidos. Pêcheux (2014, p. 147) define formação discursiva como “aquilo como que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”

De acordo com Pêcheux (2014, p.164), os esquecimentos estão relacionados com o inconsciente que, por sua vez, contribui para a percepção do caráter simbólico que o discurso detém, “todo discurso é ocultação do inconsciente”. A partir desses dos esquecimentos descritos, Pêcheux (2014, p.165) consegue percebê-los em ação do efeito da forma-sujeito do discurso, que “é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº2”. Esse movimento permite, de acordo com Pêcheux, a reformulação-paráfrase caracterizando uma formação discursiva dada.

Portanto, a partir da afirmação de Althusser (1985, p.98 citado por Pêcheux, 2014, p.166) de que a ideologia “não possui um exterior (para si mesma) mas [...] ao mesmo tempo ela é exterioridade (para a ciência e para a realidade)”, Pêcheux mostra que, para entendermos

por que a ideologia é exterioridade, o ponto de partida dessa compreensão seria refletir sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. É esse olhar sobre os movimentos de reprodução/transformação entre as relações de produção – e não sobre o homem nem sobre a atividade humana – que nos mostrará a ideologia enquanto exterioridade.

Nesse sentido, podemos refletir sobre o conceito de formação discursiva traçado por Pêcheux (2014, p. 161) já que se trata do espaço de reformulação-paráfrase em que existe uma ilusão que é necessária, uma ‘intersubjetividade falante’ que permite ao falante saber já de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer, já que o autor reforça que o discurso de cada um vai reproduzir o discurso do outro. Daí vem a ideia de que ‘cada um é o espelho dos outros’. Tal compreensão de Pêcheux (2014, p.147-148) colabora muito para desvincular a ideia de sentido único e verdadeiro, já que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva”. E, torna-se necessário refletirmos também que “palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’” (p.148).

Assim como Pêcheux (2014, p.266) define a paráfrase histórico-discursiva, mostrando que ela é capaz de “marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma formação discursiva historicamente dada”, Orlandi (1999, p.36) nos mostra que o discurso está sempre em tensão “entre o mesmo e o diferente”. A paráfrase, portanto, representa o retorno aos mesmos espaços do dizer e a polissemia, por sua vez, é o deslocamento, a ruptura do processo de significação. A paráfrase remete a uma memória do dizer, o que será abordado no próximo tópico deste estudo.

2.2 A memória como elemento constitutivo das relações intersubjetivas

O interdiscurso, para Pêcheux (2014, p.149) é o ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, uma vez que ele também se submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, por sua vez, caracteriza a complexidade das formações ideológicas. É por isso que Pêcheux (2014, p. 149) vai afirmar o caráter de dependência que toda formação discursiva desempenha em relação ao interdiscursivo, mas que é próprio de toda formação discursiva dissimular “(...) na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (...) sempre antes, em outro lugar e independentemente”.

É preciso admitir, de acordo com Orlandi (2007b, p. 30), que “todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária”. Assim, vemos que o conceito de memória discursiva, torna-se mais presente, na medida que um conjunto de condições de produção específicas trabalham a interpretação. E, de acordo com Orlandi, é através da ideologia que o já dito vai sendo sustentado e os sentidos vão sendo institucionalizados (na memória discursiva).

De acordo com Orlandi, desde Pêcheux (1983), que defende a relação entre estrutura e acontecimento na interação discursiva, a interpretação já é considerada um processo inevitável e fora do controle dos sujeitos. Sendo assim, em uma análise, alguns questionamentos são possíveis para que encontre o entremeio, espaço de reflexão que a AD dispõe, são eles: “que relações de sentidos estão determinando a necessidade desses gestos de interpretação? Que formações discursivas estão aí em jogo? Mesmo sem o saber, por que o sujeito imprime esta e não aquela direção à argumentação? De que natureza são seus argumentos?” (ORLANDI, 2007b, p.50-51).

Nessa perspectiva, Orlandi (2007b, p. 60) afirma ser preciso pensarmos o texto como um objeto histórico e entendermos que a AD “está interessada no texto não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso”. Interpretar um texto é, dessa forma, explicitar o modo como esse objeto simbólico vai produzir os sentidos e saber que o sentido sempre pode ser outro.

Analisar o discurso é, segundo Orlandi (2007b, p.61), “perceber o jogo de sentidos, o trabalho da linguagem e o funcionamento da discursividade em um texto”. Orlandi se dispõe a refletir sobre a interpretação tanto como parte da atividade de um analista como também parte da atividade de um sujeito, e busca compreender a relação da ideologia inscrita na interpretação, uma vez que a autora ancora suas reflexões nos estudos de Pêcheux, para quem existe uma ligação entre o inconsciente e a ideologia. Torna-se possível refletirmos sobre a ordem simbólica que atua sob o dizer, ou seja, tal ordem é capaz de determinar que “tudo não possa ser dito e, por outro lado, haja em todo dizer uma parte inacessível ao próprio sujeito.” (ORLANDI, 2007b, p.63).

A ação de interpretar, para um analista, passa a ser, então, a ação de “explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos” (ORLANDI, 2007b, p.64). E, além disso, o analista precisa lembrar que “o sentido sempre pode ser outro” (p.64), tendo em vista a relação com a ideologia, com o inconsciente, com a história e com a língua. O sujeito, frente a um objeto simbólico, se sente “na necessidade de “dar” sentido” (p.64), por isso a autora propõe a reflexão

sobre o processo de construção de sítios de significância, em que domínios são delimitados para a realização dos gestos de interpretação por parte do sujeito.

Conforme defende Orlandi (2007b, p. 84), a interpretação é constitutiva da língua, do sujeito e do sentido, ou seja, é a interpretação que faz o sujeito, que faz o sentido. “O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito comum é determinado pelo dispositivo ideológico”. De acordo com a autora, no movimento da análise, realizada a partir do dispositivo teórico selecionado, o que se espera é que haja um deslocamento que possa permitir que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas, se desperte em uma relação crítica com o conjunto das formações, que é complexo.

Cada sujeito “não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ou melhor, ele se reconhece nos sentidos que produz” (ORLANDI, 2007b, p.85). Dessa forma, a posição do analista, conforme defende Orlandi (2007b, p.85), encontra-se “nem acima, nem além do discurso, ou da história, mas deslocado”. A forma de assujeitamento, segundo a autora, é histórica uma vez que há um dispositivo ideológico de interpretação em todo sujeito falante, por isso os sentidos nunca estão soltos. Dessa maneira, fica evidente como é forte a relação do homem com a linguagem e com os sentidos, ou seja, com a interpretação.

A ideologia é, então, para o sujeito, o apagamento e seu movimento de interpretação, movimento esse que ocorre na ilusão de “dar” sentido. “Se, de um lado, os fatos reclamam sentidos (P.Henry, 1988) e, por outro, o homem está condenado a significar (Orlandi, 1990), é esta relação entre essas duas necessidades (...) que constitui o cerne do gesto da interpretação, e sua eficácia ideológica” (ORLANDI, 2007b, p.95). De acordo com a autora, o analista do discurso não trabalha apenas com a estrutura, mas também trabalha com o acontecimento da linguagem, são esses aspectos que tocam o acaso, o equívoco e a forma histórica da interpretação que são levados em conta na compreensão de cada gesto de interpretação.

Em relação à memória coletiva, Orlandi (2007b, p. 133) atesta que todo o gerenciamento pretende separar “os que estão autorizados a ler, escrever e falar em seus nomes e todos os outros que, na cópia, (...) repetem incansavelmente gestos (de interpretação) que os apagam por detrás da instituição”. A autora nos mostra que é da necessidade do sujeito, conviver na homogeneidade lógica, ou seja, a necessidade de fronteiras no campo semântico, que “delimitam” o “espaço” dos textos. Entretanto, é necessário que o analista saiba que entender o funcionamento do texto enquanto objeto simbólico é, assim, entender o funcionamento da ideologia. A ilusão imaginária, segundo Orlandi (2007b, p. 146), está presente no movimento da interpretação, pois é ela que faz o sujeito “acreditar ser a origem de sentido, projetando-se

sobre a literalidade e imaginando que só alguns sentidos são sujeitos à interpretação. Os outros seriam evidentes, naturais à própria língua, literais”.

Para Orlandi (2007b, p. 147), “não há sentido sem interpretação, e a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais”. A busca para entender o funcionamento dos discursos é, segundo a autora, o “colocar-se na encruzilhada” em que atua, um duplo jogo da memória, o da memória institucional que “estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” (ORLANDI, 1999, p.10). Por meio dos objetos simbólicos, produz-se sentidos.

Para a Análise do Discurso, a interpretação é trabalhada para além dos seus limites, sendo esta considerada parte do processo de significação. Segundo Orlandi (1999, p. 26), “não há verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.” É essa percepção que auxilia, necessariamente, a desfazer a ilusão da transparência da linguagem.

De acordo com Orlandi (1990), a memória discursiva corresponde ao interdiscurso e remete aos já-ditos, àquilo “que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Nesse sentido, é preciso entendermos, como aponta Orlandi, que o já-dito, fruto da memória, é capaz de sustentar os dizeres e afirmar o funcionamento dos discursos e a relação dos sujeitos com a ideologia, já que somente uma parte do dizível é acessível – o esquecimento é estruturante para o interdiscurso.

Orlandi (1999, p.36) defende também que o discurso está sempre em tensão “entre o mesmo e o diferente”. Essa tensão ocorre por meio de duas estruturas, a paráfrase que representa o retorno aos mesmos espaços do dizer e a polissemia que é o deslocamento, a ruptura do processo de significação e a possibilidade de outras significações. A significação é resultado de um “jogo de tensões” que produz os movimentos necessários para a constituição dos sentidos. Orlandi (1999, p. 37) justifica que “o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos.”

Por isso, a incompletude torna-se a condição da linguagem, uma vez que nem os sujeitos nem os sentidos são e estão prontos e acabados. Esses movimentos, paráfrase e polissemia, permitem afirmar que os sujeitos e os sentidos sempre podem ser outros. O analista, por sua vez, pode, partindo dessa compreensão, se propor a compreender as inter-relações entre o político e o linguístico, que afetam, segundo afirma Orlandi (1999, p. 38), a constituição dos

sujeitos e a produção dos sentidos. Análises essas pautadas na repetição, entre o “efêmero e o que se internaliza. Num espaço regido pela simbolização das relações de poder”.

De acordo com Orlandi (1999, p.39-40), como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são as relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. As condições de produção, por sua vez, mecanismos de funcionamento do discurso, vão se apoiar, além do material, na língua sujeita a equívoco e na historicidade. E, ainda, vão se apoiar no que é institucional, ou seja, na formação social, no mecanismo imaginário. A formação discursiva que comporta as posições sócio-históricas dos sujeitos vai determinar o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura. Orlandi (1999, p. 43) afirma que a “ponte” entre o discurso e as formações ideológicas é feita pelas formações discursivas, já que tudo que é dito “tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade”.

Como a Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, ela se utiliza da interpretação, a partir de um dispositivo de escuta discursiva, para “explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória.” (ORLANDI, 1999, p.60). O analista, então, precisa compreender que ‘não há descrição sem interpretação’, então, fica entendido que o próprio analista está envolvido na interpretação, e que o sujeito, em sua fala, também já está interpretando. De acordo com Orlandi (1999, p. 61), o analista “se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.”

Para Orlandi (1999, p.68), a historicidade diz respeito ao “acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele.” Com isso, é possível entendermos a afirmação de que o discurso é um processo em curso, já que o texto não é o ponto de partida nem o ponto de chegada. O texto é uma peça de linguagem. O analista, portanto, encontra no texto “as pistas dos gestos de interpretação, que se tecem na historicidade”.

É importante atentarmos para relação entre o dizer e o esquecimento, tendo em vista que o já-dito, mesmo que tenha sido esquecido, é parte constitutiva do dizer em suas diferentes atualizações e (re)formulações. De acordo com Orlandi (1999), na análise de um discurso, parte-se de um dizer e da relação desse dizer com ditos e não ditos, ou seja, a relação do dizer com a memória discursiva. São relevantes também para a análise as condições de produção do dizer. A linguagem deve ser considerada nas relações estabelecidas nas práticas sociais, pois são essas práticas que intervêm no real por meio das formações imaginárias. É o simbólico agindo no real. Para Orlandi (1999, p.82), “há noções que escapam o não-dizer: a noção de

interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário”. A ideologia é a possibilidade de pensamento, da relação entre linguagem e mundo. É a possibilidade do sujeito se constituir e do mundo se significar. A ideologia é a estrutura. Estrutura do processo de significação.

O real do discurso, como defende Orlandi (1999, p.74), envolve a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco e a contradição que são constitutivos do sujeito e do sentido. No imaginário, temos a não contradição, a unidade, a completude e a coerência. É assim que o discurso funciona, “por essa articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário”.

Para Pêcheux (2015, p.29, não “descobrimos o real, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro como ele, o encontra”. Ao refletir sobre o real, Pêcheux propõe discutir sobre a homogeneidade lógica, que segundo o autor, condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. E, apesar de existir a suposição de que todo sujeito falante sabe do que se fala e que os espaços discursivos são evidências lógicas, Pêcheux (2015, p.32) vai mostrar que toda essa homogeneidade aparente é atravessada por uma série de equívocos. Segundo o autor, é característica do sujeito pragmático depender da homogeneidade lógica, é uma posição confortável para o sujeito. Entretanto, Pêcheux afirma que é observando essa necessidade “equivoca” por parte dos sujeitos, que é possível percebermos que “toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis” (p.33).

2.3 O papel da memória na relação sujeito/mundo

Na introdução do livro “O Papel da Memória”, José Horta Nunes (1999, p.8) afirma que a memória acontece “numa oscilação entre o histórico e o linguístico. Através das retomadas e das paráfrases, produz-se na memória um jogo de força simbólico que constitui uma questão social” (NUNES, 1999, p.8).

Ao tratar do papel da memória, Achard (1999, p. 13) alerta que é preciso atentarmos para o fato de que toda a estruturação do discursivo é capaz de constituir a materialidade da memória social. Em relação às análises, o autor defende que é preciso que o analista afaste-se de interpretações “psicológicas” da memória e entenda que o implícito trabalha “sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado”.

Achard (1999, p. 15) entende que o funcionamento do discurso supõe que os operadores linguageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação, as palavras admitem sentido através de um processo de repetição em regularidade. “Em termos linguísticos, isso corresponde a constatar que o corpus nunca é suficiente para fundar a gramática, e que a regularização repousa sobre um jogo de força. Acrescentamos aqui que o jogo de força pode designar o sentido como limite”.

Dessa forma, torna-se possível refletirmos sobre uma construção discursiva do sentido, pois, segundo o autor, todo o jogo de força envolvido nessa regularização da retomada entre os discursos impacta no social, ou seja, na memória social. A memória suposta pelo discurso é, de acordo com o autor reconstruída na enunciação. A enunciação é o espaço de reformulação de já-ditos e não deve ser vista como resultante da ação única do enunciador, tendo em vista que envolve a retomada e circulação do discurso. Vale reforçarmos também que a diferença entre um analista de discurso e um sujeito histórico é percebida como um deslocamento, já que a posição de enunciação na análise de discurso também é uma posição de sujeito histórico.

Segundo Pêcheux (1999, p. 44), a memória, para a análise de discurso, não deve ser entendida como algo individual, mas como o entrecruzamento de três memórias: “da memória mítica da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.” O autor prevê “a ideia de uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” e afirma que “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever” e que “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido”.

Na reflexão sobre essas afirmações, podemos perceber, conforme aponta Pêcheux, que o “choque” entre o acontecimento histórico e a memória resulta na percepção da imagem como um operador da memória social. Dessa forma, a memória discursiva “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (...) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 1999, p.46).

É preciso entendermos que em relação a regularização discursiva, conforme Pêcheux afirma, um acontecimento discursivo novo vai “perturbar” a memória, na medida em que o acontecimento “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.” (PÊCHEUX, 1999, p.46). E, no que diz respeito à imagem, Pêcheux (1999, p. 49), afirma que esta se encontra em outro viés, não se trata mais da “imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui”. Trata-se de uma imagem opaca e

muda, “perdida no trajeto da leitura”. Esse trajeto, contudo, jamais esteve detido nas inscrições da memória. Segundo Pêcheux (1999, p. 56),

(...) uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Para Orlandi (1999, p.58), não é possível pensar a memória sem considerar os esquecimentos, os silêncios. A memória – o interdiscurso – “é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer.” Nesse sentido, o sujeito, afetado pela língua, ou seja, assujeitado pela ideologia, é historicamente determinado, pelo interdiscurso e pela memória do dizer, já que Orlandi (1999, p.55) explica que algo fala antes, em outro lugar, independentemente. A partir da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, tem-se, então, a forma-sujeito histórica, “constituída pela sua relação com a língua e com a história onde se confrontam o simbólico e o político.”

Na reflexão sobre a relação entre língua, ideologia e memória, Orlandi afirma que a língua está sujeita a falhas e a memória é constituída pelo esquecimento. Quanto à ideologia, esta diz respeito a “um ritual com falhas, sujeito a equívoco, de tal modo que, do já dito e significado, possa irromper o novo, o irrealizado” (PÊCHEUX, 1982, citado por ORLANDI, 1999, p.59). O silêncio, segundo a autora, possui uma dimensão que nos permite perceber o caráter da incompletude da linguagem. É através da percepção da ação do silêncio que seria possível entendermos um aspecto que a autora denomina como “errância dos sentidos” (ORLANDI, 2007b, p.12), ou seja, descolarmos da ideia de acidente linguístico e buscarmos acessar informações que são apagadas, mas que nos ajudam a constituir sentidos. O silêncio, é o foco do tópico a seguir.

2.4 Memória e silêncio

O silêncio, de acordo com Orlandi (2007a, p. 14), é fundante. E é a partir dessa percepção que conseguimos compreender a possibilidade de o silêncio atravessar as palavras, existir entre elas, falar por elas e sempre indicar que o sentido pode ser outro.

Observando a materialidade simbólica específica do silêncio e a dimensão do significar, Orlandi (2007a, p.21) afirma existir uma relação como um jogo de palavras. As próprias formações discursivas, “que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos

sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”, colaboram para o entendimento do silêncio no discurso, já que evidenciam o movimento contraditório “tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre ilusão de um sentido só” (p.17). Orlandi (2007a, p. 20) vai afirmar que,

Para Pêcheux [1975], o discurso é efeito de sentido entre locutores. Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas.

Assim, a partir desse jogo das várias formações discursivas, podemos reconhecer a relação dos sujeitos com os sentidos e entendermos que o discurso é resultado desse processo. Segundo Orlandi (2007a, p.21), é a partir da concepção da língua como materialidade que se devolve “a opacidade do texto ao olhar do leitor”. Os discursos, portanto, se habilitam duplamente, pelas formações ideológicas que os relacionam a formações discursivas já definidas e pela relativa autonomia que a língua possui. O silêncio, por sua vez, é implicado pela linguagem, já que ele é o não dito visto do interior da própria linguagem. Por isso, deixa de ser visto como o nada, o vazio. O silêncio é significante, ele significa.

Assim, em uma análise, é válido percebermos que “o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio. ” (ORLANDI, 2007a, p.25). Para o analista, quando se coloca a questão do silêncio, segundo Orlandi, a dificuldade ocorre pela necessidade de uma ruptura. Trabalhar com os entremeios, na interdiscursividade é a proposta da autora para evitar essa dificuldade e acessar os efeitos do silêncio. É preciso trabalhar o silêncio não como distanciamento, mas sim como presença, já que, para a autora, as palavras são carregadas de silêncio.

Orlandi (2007a, p.66) compara o silêncio com o implícito, evidenciando a diferença entre eles já que, enquanto o implícito realoca o não-dito em relação ao dito, o silêncio não realiza esse movimento, “ele se mantém como tal; ele permanece silêncio e significa”. Assim, “Não se pode excluí-lo das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização” (p.67), pois não é a relação com a parte sonora que significa, mas pela relação som/sentido. “Ao invés de pensar o silêncio como falta, podemos, ao contrário, pensar a linguagem como excesso. ” (p.31).

Orlandi (2007a, p. 25) trata da existência de dois elementos, o silêncio fundador, “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”. Segundo a autora, ele é fundante, pois consegue

indicar a relação do silêncio com a significação” (p.53). O silêncio “é a própria condição da produção de sentido (...) é o indício de uma instância significativa.” (p.68) O outro elemento definido por Orlandi é a política do silêncio, silenciamento, pois “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito –, ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um corte necessário no sentido.” (p.53). O silenciamento que é uma “forma não de calar mas de dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”” que projeta a dimensão política nessa significação, por conta do recorte de dizeres possíveis, mas indesejáveis. (p.73).

Essa dimensão política, nos permite perceber, conforme Orlandi (2007a, p.29) aponta, que o silêncio pode “ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). (...) Para compreender a linguagem, é preciso entender o silêncio para além de sua dimensão política”. Pensando o silêncio em relação à dominação e resistência, Orlandi (2007a, p.76) defende que como no discurso “o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proibem-se certas ‘posições’ do sujeito”.

Segundo a autora, a censura acaba não se inscrevendo na consciência daquele que fala e é somente em termos discursivos, nos limites das diferentes formações discursivas que a censura estabelece relação. Ela é capaz de afetar a identidade do sujeito. A censura é, para Orlandi (2007a, p. 79), a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado” (...) ele [o sujeito] só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos”.

O que foi censurado, de acordo com Orlandi (1999, p.61), não desaparece, “ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites”. Portanto, o silêncio “intervém como parte da relação do sujeito com o dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível, ao sujeito, a elaboração de sua relação com os outros sentidos” (ORLANDI, 2007a, p.89). E o silêncio trabalha “as diferenças inscritas nos processos de identificação do sujeito, produzindo seu sentimento de unidade, integrando os diversos aspectos de um sujeito que ‘diz’” (p.89-90). A identidade é um processo complexo.

Para Orlandi (2007a, p 92), “não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história”, pois o silêncio é sentido. Não seria possível falar de história e de silêncio e não percebermos a presença do poder dominante nas relações discursivas, pois “o poder se exerce acompanhado de um certo silêncio”, conforme afirma De Certeau (1980, citado por

ORLANDI, 2007a, 101). Orlandi entende esse silêncio como o silêncio da opressão e se dispõe a refletir sobre o silêncio do oprimido, o qual denomina o Discurso da Resistência, pois o considera como uma forma de oposição ao poder. É no interior dessa discussão que Orlandi (2007a, p. 107) vai dizer que o silêncio da censura “não significa ausência de informação mas interdição”.

Ao tratar da relação que a política exerce nessa interdição, Orlandi (2007a, p. 107) afirma que, se “de um lado, a linguagem é política (porque o sentido, sempre dividido, tem necessariamente uma direção determinada), por outro lado, todo poder se acompanha de um silêncio em seu trabalho simbólico”. Em relação ao discurso social e de resistência, Orlandi defende que não se trata de considerar a dualidade sentido verdadeiro/falso, mas considerar a oposição que se instaura entre o sentido imposto e o sentido recusado, para a autora o confronto ocorre, nesse caso, pela relação de forças.

O que não é linguagem, quando se trata dos sentidos, não é o nada, mas silêncio. Por exemplo, os sentidos da negritude (...) silenciados em sua expressividade social própria significam de outro modo (na umbanda, na capoeira ou na moda, numa forma de fazer literatura etc.). Essa migração resulta (e é marca) da necessidade histórica dos sentidos. Deriva também daí o modo como podemos conceber o político no que chamamos de silêncio. Se ao falar sempre afastamos sentidos não-desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala”.” (ORLANDI, 2007a, p.152)

Deve-se evitar cair na ilusão de que o sentido não tem história e que ele pode nascer no momento da produção do enunciado, pois, de acordo com a autora, toda fala “resulta assim de um efeito de sustentação no já-dito que, por sua vez, só funciona quando as vozes que se poderiam identificar em cada formulação particular se apagam e trazem o sentido para o regime do “anonimato” e da “universalidade”. (p.136)

A censura não é da consciência individual do falante, “mas do escopo geral do dizer, no jogo entre formações discursivas diversas: a censura é função da posição do sujeito” (p.139), já que é pela censura que o sujeito se depara com a proibição que o impede de “ocupar posições consideradas proibidas porque produzem sentidos proibidos. O sujeito é proibido de circular pelas formações discursivas”. (p.139). Essa percepção nos permite entender que a censura age sobre aquilo que é suposto que o sujeito saiba, ou seja, ela age sobre o já-dito.

A abordagem teórica que trouxemos visa dar suporte ao tratamento dado ao negro na sociedade. Esse tratamento será abordado a seguir a partir dos estudos de Stuart Hall e de Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento.

3 DA DIÁSPORA AO GENOCÍDIO: PROCESSOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Stuart Hall é considerado o pai dos Estudos Culturais e, no desenvolvimento de suas pesquisas, teve como preocupação a cena cultural construídas por meio de convicções política-democráticas nos últimos séculos. Em suas discussões teóricas sobre a cultura, Hall refletiu sobre a relação da cultura com as estruturas sociais de poder. A partir da percepção de que entre as políticas culturais e a luta que se incorporam na cultura popular e cultura de massa, existe um contexto bem complexo. Hall se dispôs a observar as políticas culturais negras, etnicidades dominantes, antagonismos, identidade racial, subordinação, diáspora negra, temas e aspectos sobre os quais o autor se debruçou por muitos anos em seus estudos.

A Diáspora, segundo afirma Hall (2013), lança luz sob muitas complexidades já que, na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas. No retorno à nação, a natureza do pertencimento é desestruturada e os elos que se ligam à origem são interrompidos. É estar em casa, mas não se sentir em casa. Um não-reconhecimento. É “a sensação familiar e profundamente moderna de deslocamento” (HALL, 2013, p.29). Após esse movimento de diáspora, as complexidades se apresentam, na medida em que se reflete sobre a identidade, a diferença e o pertencimento que são atravessados pelo movimento diaspórico. A cultura, como defende Hall, não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno, é uma produção, o que nos possibilita entender a formação cultural como um processo contínuo.

A globalização é a força incisiva que desfaz limites e subverte modelos culturais. Segundo Hall, existem dois processos opostos e contraditórios em funcionamento nas formas contemporâneas da globalização. O primeiro diz respeito às forças dominantes de homogeneização cultural que, através de sua ascendência no mercado cultural e do domínio do capital, a cultura ocidental-americana, vem ameaçando subjugar todas as outras culturas que aparecem, “impondo uma mesmice cultural homogeneizante – o que tem sido chamado de “McDonald-ização” ou “Nike-zação” de tudo.” (HALL, 2013, p.50). O segundo processo é o movimento da modernidade que, segundo Hall, antes era transmitida de um único centro e hoje vem de toda parte. Esse movimento gera a subversão que leva ao assalto cultural sobre as culturas mais fracas, como destacou Hall. Resultado disso, o preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao “Outro” se baseiam na ideia de “diferença cultural” e acabam disseminando o racismo. Portanto a modernidade deve ser pensada, na perspectiva da diáspora: “Aquele povo que está na civilização ocidental, que cresceu nela, mas que foi

obrigado a se sentir e de fato se sente fora dela, tem uma compreensão única sobre sua sociedade.” (JAMES, citado por HALL, 2013, p.53).

Na reflexão sobre raça, Hall explica que a categoria “raça” não é científica, mas sim uma construção política e social. “É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria” (HALL, 1994 citado por HALL, 2013, p.76-77).

De acordo com Abdias Nascimento (2016, p. 48), a maliciosa ideia por trás do conceito de democracia racial, que defende o ponto de vista “que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidade de existência, sem nenhuma interferência”, está justamente na manutenção da estrutura social que permite aos brancos a soberania civil, econômica e politicamente. Nascimento (2016, p. 52) traz uma citação de Frantz Fanon (1969, p.36) em que o autor reflete sobre o fato de que “o racismo não se atreve mais a aparecer sem disfarce. (...) o racista se esconde. [...] O propósito do racista já se tornou um propósito assombrado pela má consciência”. E, com isso, o negro “permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como ‘igual’”. (FERNANDES, 1972, p.15 citado por NASCIMENTO, 1969, p.52).

É a presença de uma espécie de etiqueta que demarca as relações de raça entre a sociedade brasileira, que vai potencializar o discurso de que os negros devem ser “gratos aos brancos por generosidades que lhes foram concedidas, (...) que os negros continuem aceitando os brancos como porta-vozes oficiais da nação (...) enquanto a análise crítica e a discussão aberta deste delicado assunto são fortemente desencorajados” (DZIDZIENYO, 1971, p.5, citado por NASCIMENTO, 2016, p.53). Sendo assim, “a pretendida democracia racial realmente é uma ficção ideológica” (AZEVEDO, 1973, p.29 citado por NASCIMENTO, 2016, p.53).

Nascimento (2016, p.54) compreende que todo o exclusivismo no qual o branco se deleita resulta em efeitos muito negativos que “se expressam de formas várias, inclusive no veículo condutor básico de uma cultura e sua cosmovisão: a língua”. A própria palavra “negro” já é exemplar dessa verificação. Como mostra Nascimento, na tradução do inglês (black) para o português, temos: preto, negro (cor, raça); mancha; luto, escuro, sombrio, tenebroso, sinistro, mau, perverso, hostil, calamitoso, desastroso, mortal, maligno, manchar, difamar. E entre as definições do português para o inglês, temos: black, dark, somber, gloomy, funeral, tenebrous, sinistre, cloudy, obscure, stormy, ominous, horrible, adverse, hostile, odious, detestable. De acordo com Guerreiro Ramos, vemos que:

Na cor negra [...], está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática a cor negra representaria o polo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. (RAMOS, 1996, p.128-129 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.311).

Como Hall explica, é nesse sentido que o racismo vai tentar explicar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas. Para o autor, essa ocorrência é resultado do efeito de naturalização que parece transformar a diferença racial em um fato fixo e científico. Ocorre que o nível genético não é imediatamente visível e, nesse tipo de discurso, as diferenças genéticas são “materializadas” e podem ser “lidas” nos significantes corporais visíveis, como a cor da pele, as características físicas do cabelo e as feições do rosto. Tal fato acarreta a “inabilidade de levar a raça a sério e uma indisposição absoluta em se reconhecer a igualdade do valor humano e a dignidade das pessoas que não são brancas” (GILROY, 1999, citado por HALL, 2013, p.77)

A etnicidade, por sua vez, já trabalha sob o viés da diferença no campo cultural e religioso. Mas ela frequentemente se contrapõe à raça. E Hall chama a atenção para esse aspecto quando diz que, como o racismo biológico privilegia marcadores como a cor da pele, esses significantes também têm sido utilizados para conotar diferenças sociais e culturais. Portanto, os negros que são estigmatizados por razões étnicas, taxados como culturalmente diferentes, acabam também sendo caracterizados em termos físicos, ambas formas de inferiorização. “O referente biológico nunca opera isoladamente, porém nunca está ausente, ocorrendo de forma mais indireta nos discursos de etnia.” (HALL, 2013, p.78).

Dessa forma, é possível compreender como o racismo biológico e a discriminação cultural são dois registros do racismo e não dois sistemas distintos, já que o discurso de raça e de etnia estabelecem uma articulação discursiva, fazendo com que seja criado um sistema de significados equivalentes em uma estrutura em forma de cadeia (HALL, 1990, citado por HALL, 2013, p.78). É nesse sentido que o autor defende que as histórias do fechamento racial e étnico não devem ser homogeneizadas, pois variam bastante. Segundo Hall (2013, p. 80): “O que parece mais apropriado é uma concepção mais ampla do racismo, que reconheça a forma pela qual, em sua estrutura discursiva, o racismo biológico e a discriminação cultural são articulados e combinados”.

Abdias Nascimento, em seu livro intitulado “O genocídio do negro brasileiro”, apresenta um vasto e rico conteúdo que comprova a presença e as marcas do racismo na sociedade

brasileira. A partir de dados e pesquisas, o autor consegue revelar as “cortinas” que cobrem e que tentam mascarrar os desdobramentos da estrutura e da cultura colonial dominantes desde a chegada dos portugueses no Brasil. De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes¹, que escreveu o prefácio à edição brasileira, a publicação desse livro funciona como uma retomada à “luta pela libertação do negro e do mulato de tantas e tão variadas servidões visíveis e invisíveis”. Essa afirmação contribui para o nosso entendimento do quanto a população negra e mulata vem sofrendo desde a escravidão, tratada por Fernandes como um “genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”. Principalmente se se refletir que o processo de abolição não foi um ponto final nas relações de preconceito e racismo já que, após a sua promulgação, os processos e ações escravocratas ganharam mais força agindo nas brechas e em/no silêncio. A ocupação majoritária da periferia pelos negros é resultado desse movimento.

Ao suscitar o genocídio como tema concreto, Fernandes² mostra que Nascimento nos alerta para a necessidade de percebermos o racismo “que vem a ser um genocídio insidioso, que se processa dentro dos muros do mundo dos brancos e sob a completa insensibilidade das forças políticas”. Como o Brasil ainda não tem uma comunidade política “verdadeiramente nacional”, uma vez que a maioria ainda está excluída da participação efetiva e eficiente dos direitos civis e políticos, podemos entender que é nesse cenário que se situa a luta, a reivindicação diária para que os negros conquistem as posições que lhes foram arrancadas.

O movimento que Derrida (1981-1982) denomina de *différance*, um sistema em que “cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia (...) dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados]”³, colabora para a compreensão da identidade, tendo em vista que o significado-identidade de cada conceito é constituído em relação aos demais conceitos. As identidades, portanto, são constituídas no interior das relações de poder, conforme afirma Foucault (1986), citado por Hall (2013).

Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e possui algo exterior a ela. Esse exterior se constitui tanto pela ausência quanto pela presença. Hall (2013, p.95) explica essa dualidade da seguinte maneira: ‘Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta’. Ou seja, tanto o universal quanto a falta são constituintes da identidade. Dessa forma, a questão multicultural sugere, como aponta Hall, “que o momento da diferença é essencial à definição de democracia como

¹ (FERNANDES, Florestan. Apresentação (Prefácio) In: NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2016. p.18).

² Idem. p.20

³ (DERRIDA, 1972 citado por HALL, 2013, p.67)

um espaço genuinamente heterogêneo.” (HALL, 2013, p.97). E a universalização, proposta pela concepção liberal é a responsável pela imposição da identidade à hibridização. Resultado disso é o fortalecimento das identidades existentes, ou uma perda, um declínio, caso seja uma identidade conservadora, fechada em si mesma, como defende Laclau (1996), citado por Hall (2013).

Elisa Larkin Nascimento, em seu livro intitulado “O Sortilégio da Cor: Identidade, raça e gênero no Brasil” apresenta uma discussão que reúne questões tangentes do passado e também do presente relacionadas ao processo de construção da identidade. Do ponto de vista da população negra brasileira esse processo acabou condicionando a conquista plena da cidadania, bem como o exercício da liberdade e dos direitos humanos por parte dessa população subordinada e inferiorizada.

Para a elite detentora do poder político e intelectual ideológico, o controle do processo de construção da identidade dos negros e afrodescendentes significa dominação. É por isso que Nascimento (2003) vai evidenciar a dificuldade enfrentada na implementação de políticas públicas que atendam às necessidades e aos déficits que se multiplicam desde a colonização. A noção de identidade nacional que a classe dominante promove é pautada nos conceitos de miscigenação e mestiçagem, pois para além de desenhar uma imagem terna de convivência entre os povos no território nacional, torna-se muito proveitosa essa promoção, na medida em que colabora para o reforço da ideia de democracia racial.

A autora demonstra ainda o quanto essa ideia de democracia racial não combate ao racismo e a discriminação e consegue, veladamente, sustentar a ideologia de embranquecimento e ainda promover difusa e silenciosamente a aniquilação do processo de construção da identidade negra. Nesse sentido, Kabengele Munanga⁴, questiona: “O que seria a identidade nacional mestiça num país onde a brancura serve de referencial para tudo?”.

Em relação ao desenvolvimento das interações raciais que se difundiram no Brasil, Nascimento (2003) defende que a constituição da ideia de democracia racial se deu por meio do que ela denomina de sortilégio da cor. Segundo a autora:

No Brasil, a discussão do racismo leva de forma quase inexorável à alegação do perigo iminente de constituir-se um racismo às avessas. Esse tabu costuma travar a discussão antes que ela consiga realmente começar. É o contraponto de um fenômeno que caracteriza de forma singular o racismo brasileiro: o recalque e o silêncio. Na acepção popular, o racista é quem fala do racismo ou enuncia a identidade do discriminado; a atitude não-racista é o silêncio.

⁴ (MUNANGA, Kabengele. Apresentação (Prefácio) In: NASCIMENTO, E. O Sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003. p.14-15).

Contudo, verifica-se que tal noção representa não apenas um equívoco como um dos pilares que sustentam a dominação, pois o silêncio configura uma das formas mais eficazes de operação do próprio racismo no Brasil. (NASCIMENTO, E., 2003, p.23)

Nesse contexto de dominação e silenciamento, a autora identifica a atuação do sortilégio da cor, que pode ser identificado também “no processo de tornar invisível a presença do afrodescendente na qualidade de ator, criador e transformador da história e da cultura nacionais” (NASCIMENTO, E., 2003, p.23). Trata-se do racismo em outra forma de atuação. A autora defende ser um tabu o entendimento de que o racismo que os negros sofrem no Brasil é um problema importado de outros lugares com populações de origem africana subjugadas. Para ela,

A dominação racista tem escopo mundial, pois deriva-se da configuração histórica de imposição da hegemonia de um povo sobre outros. Sua essência está localizada nesse processo, com aspectos comuns aos diversos contextos locais, e o seu instrumento é a ideologia do supremacismo branco. (NASCIMENTO, E., 2003, p.24).

Conforme afirma a autora, a questão da identidade tem forte ligação com a dominação racista, uma vez que, no Brasil, a identidade de todos é pautada no padrão da brancura, na hegemonia do supremacismo branco, no qual o sortilégio da cor tem sua origem. A identidade “significa a dinâmica entre a constituição do indivíduo e seu meio social” (NASCIMENTO, E., 2003, p.25). É assim que, conforme aponta Nascimento (2003, p.31), cada pessoa vai articular “o conjunto de referenciais que orientam sua forma de agir e de mediar seu relacionamento com os outros, com o mundo e consigo mesmo”. A identidade é uma categoria complexa. Não é um sistema fechado, mas vai “sofrendo mudanças e variações em sua relação com a sociedade”. Por isso, com a difusão da tecnologia e dos meios de comunicação de massa, a autora acredita no potencial da afirmação de identidades como possibilidade de demarcação dos espaços de resistência. Atentar-se para a identidade é buscar entender a sua função para as sociedades excluídas, pois além de não reconhecer a diferença e atribuir importância, a razão dominante vai ainda definir o mundo em torno de si mesma, tentando que todos se conformem à sua universalidade.

Nascimento (2003, p.47) entende o sortilégio da cor como uma ideologia capaz de ocultar a evidência da discriminação racial. A noção de “raça” encontra-se fortemente “embutida na hierarquia social da cor, carece de realidade biológica, mas exerce uma função social de forte impacto concreto sobre a vida real. Trata-se de um fenômeno de raça *socialmente construída*”. De acordo com a autora, o logro do sortilégio da cor no Brasil foi a ideia de

“racismo simbólico”, pois com a substituição de “raça” para “cor” abriu-se uma brecha para a construção de um “anti-racismo” pretencioso em esconder a realidade de um sistema de dominação racial. Assim, no processo de resistência à discriminação, tem-se a necessidade de reconhecer as realidades sociais criadas a partir dos critérios discriminatórios. E nos questionamos: “Como lutar contra o racismo se negamos a existência das “raças” e, portanto, da discriminação racial?” (NASCIMENTO, E., 2003, p.50).

O momento de transição para o pós-colonial foi marcado por muitos efeitos da colonização e ainda pode ser entendido como um momento de deslocamento do eixo colonizador/colonizado. Para Hall, o colonialismo, além de ser um momento histórico, é uma forma de narrar a história. Tanto a colonização quanto o pós-colonial configuram-se um campo de poder-saber. Nesse sentido, o pós-colonial “não difere dos demais “pós”. Não se trata apenas de ser “posterior”, mas de “ir além” do colonial” (HALL, 2013, p.129). É por isso que, refletindo sobre o surgimento da sociedade capitalista, Hall afirma que ela foi fundada a partir de formas de exploração que contemplam tanto os setores econômicos quanto o moral e cultural. Assim, Hall nos apresenta dois paradigmas que lançam olhares para a cultura e seus desdobramentos: o culturalismo e o estruturalismo.

O culturalismo, que tinha Lévi-Strauss como seu defensor, trabalhava consistentemente com o termo “cultura”. O estruturalismo, advindo das teorias marxistas e que tinha Althusser como seu defensor, trabalhava com o termo “ideologia”. Por isso, a ideia de experiência humana é vista de diferentes formas. Para a perspectiva do culturalismo, a experiência representava o solo do “vivido”, que interage a condição e a consciência. Isso fez com que os culturalistas definissem como coletivas as formas de consciência e cultura. Para o estruturalismo, a experiência não poderia fundamentar nada, pois para viver era preciso experimentar as próprias condições *dentro e através* de categorias, classificações e quadros de referência da cultura. Nessa perspectiva, tanto a consciência quanto a cultura são estruturas inconscientes. Hall argumenta que embora Lévi-Strauss abordasse apenas o conceito de cultura, esse conceito deu base para que o estruturalismo pudesse estruturar o conceito de ideologia feito por Althusser:

Ideologia é na verdade um sistema de *representações* mas, na maioria das vezes, essas representações não têm nada a ver com a *consciência*... é como estruturas que elas se impõem à ampla maioria dos homens, não via *consciência*... é dentro desse inconsciente ideológico que os homens conseguem alterar as experiências vividas entre eles e o mundo e adquirem uma nova forma específica de inconsciente, que se chama *consciência*. (ALTHUSSER, 1979 citado por HALL, 2013, p.162)

Com essa percepção da ideologia, os estruturalistas conseguiram entender que a experiência é um efeito, não como um reflexo do real, mas como uma relação imaginária que serve “não meramente ao domínio de uma classe governante sobre uma classe dominada, mas (pela reprodução das relações de produção e a constituição de uma força de trabalho adequada à exploração capitalista) à ampla reprodução do próprio modo de produção.” (HALL, 2013, p.162).

Nem o culturalismo nem o estruturalismo, segundo Hall, em suas atuais manifestações, não “se adaptaram à tarefa de construir o estudo da cultura como um domínio conceitualmente claro e teoricamente informado” (HALL, 2013, p.163). Mas, a grande vantagem do estruturalismo, segundo Hall, é a ênfase dada às condições determinadas. É nesse sentido que o estruturalismo ajuda a entendermos que

Não se deve permitir que o fato de os homens poderem se tornar conscientes de suas condições, se organizar para lutar contra elas e, até mesmo, transformá-las (...) apague a consciência de que, nas relações capitalistas, homens e mulheres são colocados e posicionados em relações que os constituem como agentes (HALL, 2013, p.164).

Assim, Hall destaca a ligação entre as “relações reais” com “um movimento contínuo e complexo *entre diferentes níveis de abstração*.” (HALL, 2013, p.164). Nessa perspectiva do estruturalismo e da ideologia, Hall relembra Marx na conceituação de que existem relações que compõem a sociedade em uma estrutura essencialmente complexa. Dessa forma, as relações entre os níveis econômico, político e ideológico não são simples nem imediatas. Para Hall (2013, p.177), uma formação social é uma estrutura de dominância. O autor traz a contribuição de Althusser na possibilidade de pensar a diferença, ao passo que Hall entende que “há distintas contradições sócias cujas origens são também diversas; que as contradições que impulsionam os processos históricos nem sempre surgem no mesmo lugar, nem causam os mesmos efeitos históricos” (p.177).

A teoria do discurso, segundo Hall, trabalha com as irregularidades necessárias de uma unidade complexa e a unidade na diferença de uma estrutura complexa. O Estado, “continua a ser um dos locais cruciais na formação social do capitalismo moderno, onde práticas políticas de diversos tipos são *condensadas*” (HALL, 2013, p.179). Por possuir distintos modos de ação, ele consegue atuar em diferentes locais, é pluricentrado e multidimensional. É capaz, ainda, de realizar um movimento de condensação, permitindo a transformação do ponto de interseção existente entre práticas distintas, que circulam na sociedade, em uma prática sistemática de

regulação, de regra e norma e de normalização. Isso leva às operações de controle e domínio sobre classes específicas e outros grupos sociais, como aponta o autor.

Hall (2013, p.188) lança um questionamento e logo já responde: “Qual é a função da ideologia? É reproduzir as relações sociais de produção”. E, na sociedade capitalista, Hall relembra que:

Althusser argumenta que, cada vez mais nas formações sociais capitalistas, o trabalho não é reproduzido dentro das próprias relações sociais de produção, mas fora delas. Certamente, para ele não se trata apenas de uma reprodução biológica ou técnica, mas também de uma reprodução social e cultural. É produzido no domínio da superestrutura: em instituições como a família e a Igreja. Requer instituições culturais como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos etc., que não estão diretamente ligados à produção em si, mas que exercem função crucial de “cultivar” um certo tipo de trabalho moral ou cultural – aquilo que o modo capitalista moderno de produção requer. (HALL, 2013, p.188-189).

Desse modo, Hall defende o ponto de vista de as análises devem ser esforçar para decifrar os padrões de pensamento ideológicos que estão inscritos nos rituais e nas práticas sociais. “O materialismo marxista deve se apoiar sobre as formas materiais nas quais o pensamento se manifesta e sobre o fato de que ele surte efeitos reais e materiais” (HALL, 2013, p.192). E se a supervisão do Estado impera quase que totalmente na sociedade é, pois, possível entendermos a força da reprodução da ideologia dominante, como defende Hall. Nesse processo, Hall ainda discute sobre a posição dos sujeitos em relação à ideologia, já que, através da interpelação, os próprios discursivos ideológicos vão constituir os sujeitos para o discurso. Lacan (1966/1977) sugere que

(...) somos chamados ou convocados pelas ideologias que nos recrutam como seus “autores”, seu sujeito essencial. Somos constituídos pelos processos inconscientes da ideologia, naquela posição de reconhecimento ou fixação entre nós mesmos e a cadeia de significados sem a qual nenhum significado ideológico seria possível. (HALL, 2013, p.195).

Entendermos as ideologias como sistemas de representação, segundo Hal (2013, p. 197), “são os sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e os outros. Reconhece que o conhecimento ideológico resulta de práticas específicas – as práticas envolvidas na produção do significado.”. Podemos perceber, dessa forma, que como as ideias se materializam nas práticas sociais, ou seja, o social não está fora do semiótico, cada prática social é constituída na interação entre significado e representação e pode, ela mesma, ser representada. Portanto, não existe prática social fora da ideologia. Cada cadeia discursiva, cada

formação discursiva é o campo de atuação de cada ideologia. Hall conclui que não é possível “pôr um fim à ideologia e simplesmente viver o real. Sempre necessitamos de sistemas para representar o que o real significa para nós e os outros.” (HALL, 2013, p.200). A cultura, por sua vez, corresponde à experimentação do mundo através desses sistemas de representação.

Além disso, Hall se propõe a refletir sobre um complexo particular de discursos que implicam as ideologias de identidade, lugar, etnia e formação social geradas em torno do termo “negro”. Deste modo, o autor utiliza de elementos identificados na sua própria vivência. Ele mostra que, na Jamaica, ser “de cor” significava não negro (classe média marrom). Já na Inglaterra, pessoa “de cor” era negro. O mesmo termo carregava conotações bem distintas porque operava em diferentes “sistemas de diferenças e equivalências”.

Para Hall (2013, p.207), o “significado não é um reflexo transparente do mundo na linguagem, mas surge das diferenças entre os termos e categorias, os sistemas de referência, que classificam o mundo e fazem com que ele seja apropriado desta forma pelo pensamento social e o senso comum”. Possibilita entendermos que o significado é relacional e que se constrói em relação às presenças e as ausências dentro de um sistema ideológico. Segundo Hall, nós experimentamos a ideologia como se ela agisse livre e espontaneamente de dentro de nós, como se fôssemos seus sujeitos livres, mas na verdade,

(...) somos falados ou falam por nós, nos discursos ideológicos que nos aguardam desde o nosso nascimento, dentro dos quais nascemos e encontramos nosso lugar. Conforme a leitura que Althusser fez de Lacan, o recém-nascido que ainda deve adquirir os meios de se situar da Lei da Cultura já está sendo esperado, nomeado e posicionado antecipadamente “pelas formas de ideologia (paterna/materna/conjugal/fraterna)” (HALL, 2013, p.209).

É, portanto, necessária e urgente a discussão sobre as categorias raciais e étnicas, já que elas, até os dias atuais, ainda continuam sendo formas pelas quais as estruturas de dominação e exploração são “vivas”. Um exemplo é refletir sobre a cadeia: “negro-preguiçoso-invejoso-traiçoeiro etc. que flui da identificação de ‘negro’ em um momento histórico específico: a época da escravidão” (HALL, 2013, p.212). Com as práticas de exploração social e econômica, o passado de escravidão possibilitou a inserção e disseminação de discursos de distinção e abuso raciais. Hall vai além do que Althusser propõe em seus estudos, pois acredita que “a ideologia não possui apenas a função de “reproduzir as relações sociais de produção”. A ideologia também estabelece limites para que uma sociedade-em-dominância possa se reproduzir de forma fácil, tranquila e funcional.” (HALL, 2013, p.216).

Ao observar o processo de escravização dos povos negro-africanos, Nascimento (2016, p.59) oferece panoramicamente a visão do decisivo papel do negro na construção econômica do Brasil, em que denomina de “parasitismo imperialista”. “Ele [negro] plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca”. Enquanto isso, a “nobilitante **ocupação** das classes dirigentes – os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos – consistia no exercício da indolência, no cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais **licenciosa** luxúria”⁵. (NASCIMENTO, 2016, p.59).

A partir das reflexões apresentadas pelo autor, podemos traçar alguns questionamentos como: Que ocupação é essa que apenas desfruta e não ajudar a construir? É possível pensar, assim, na relação ocupação/invasão que pode ter ocorrido nas relações entre os negros que trabalhavam arduamente e os comerciantes que usufruíam do desenvolvimento da economia. Que licença eles tinham, afinal? Essa licença foi arrancada à força, conforme atesta Nascimento (2016, p.59-60), “Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação”. É a ideologia imperialista se materializando na “tentativa de erigir uma fachada”.

Outra contribuição de Nascimento (2016, p.60) para a compreensão da “naturalidade” que se desenvolveu e que se mostra presente desde o início do ingresso/introdução do negro na sociedade brasileira foi mostrar que a entrada do negro no Brasil ocorreu de forma simultânea com a descoberta do país. A escravidão veio da África, porque lá já era praticada como um sistema político. Em território brasileiro “reunidos à agressão, o desrespeito humano e histórico, como um evento normal (...) Dir-se-ia que a força da repetição mutilou a capacidade de percepção e compreensão de certas pessoas”.

É por isso que na tentativa de acalmar a consciência de culpa do opressor e minimizar acusações contra ele, surge o mito que apregoa um alto grau de bondade e humanidade na escravidão, que contribui, por sua vez, para a propagação da democracia racial. E é nesse sentido também que podemos entender o que ocorria nas igrejas quando os negros começaram a frequentá-las. Nascimento afirma que, conforme as igrejas se fundavam, iam surgindo uma irmandade dos brancos e uma irmandade dos negros, mas o ideário que se circulava era que a divisão entre os espaços dos brancos e os espaços do negro não constituía uma discriminação racial. Nascimento refuta defendendo que esse era o modelo ideológico das classes dominantes da época, que sempre tentava provar a ausência do racismo na sociedade escravista. Mas,

⁵ Grifos nossos

conseguimos perceber que essa tentativa é mais uma das máscaras, resquícios da estrutura colonial, já que era justamente “o fator racial que determinava a posição social. Foram escravizados os africanos (negros), e não os europeus (brancos). Este é o fato histórico que conta” (NASCIMENTO, 2016, p.66).

Mesmo sendo as “peças” importadas conseguidas de forma tão fácil e barata, Nascimento (2016, p.71) nos mostra que, desde o início da escravidão, os africanos “recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíram o suicídio, o crime, a fuga”. Enquanto a economia crescia nas suas costas, “faltavam-lhe as energias, e assim ele [o negro], silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente”.

Assim, é importante ressaltarmos que na continuidade de suas reflexões, Hall retoma os estudos de Antonio Gramsci sobre raça e sobre etnicidade. E, apesar de Gramsci ter projetado seus conceitos para operarem em níveis mais baixos de concretude histórica, ou seja, referente a um recorte histórico mais específico, Hall propõe um olhar diferenciado e frutífero sob as formulações do autor, que “compreende a necessidade de adaptar, desenvolver e *suplementar* os conceitos de Marx através de outros conceitos, mais novos e originais.” (HALL, 2013, p.331).

Hall elenca alguns dos aspectos que o motivaram a construir essa reflexão e a perceber nas obras de Gramsci grandes possibilidades nas questões relacionadas à raça e à etnicidade. Em primeiro lugar, porque Marx concentrou o desenvolvimento de suas análises em um nível que Hall considera mais alto de aplicação, como no *Capital*, e acabou não escolhendo um nível histórico, ou seja, mais concreto. Em segundo lugar, porque as condições históricas para as quais Gramsci escrevia não eram as mesmas daquelas nas quais ou para as quais Marx e Engels haviam escrito. Ainda, em terceiro lugar, porque Hall observou a percepção que Gramsci teve em entender a necessidade de elaborar novas conceituações que, no trabalho de Marx, estavam incompletas. Então, Hall acredita que os estudos de Gramsci podem colaborar para a reflexão sobre “a importância das questões culturais e nacionais-populares e a função da sociedade civil no equilíbrio inconstante das relações entre as forças sociais da sociedade – sobre essas questões, Gramsci tem uma contribuição enorme a oferecer.” (HALL, 2013, p.332).

Mesmo que Gramsci não tenha escrito sobre o racismo, ele “percebia o quanto as linhas divisórias ditadas pelos relacionamentos de classe eram perpassadas pelas diferenças regionais, culturais e nacionais” (HALL, 2013, p.334) e os conceitos por ele elaborado podem ajudar na tentativa de elucidar a insuficiência dos paradigmas da teoria social nas áreas dos problemas raciais. Enquanto Gramsci contesta amplamente o economismo e o reducionismo, Hall vai focar

na compreensão de hegemonia que, para ele, “é um ‘momento’ historicamente muito específico e temporário da vida de uma sociedade” (HALL, 2013, p.345). Gramsci utilizou o termo hegemonia para afirmar que, na Itália, o proletariado só poderia se tornar a classe dirigente “se ‘conseguisse criar um sistema de alianças que permitisse a ele mobilizar a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o estado burguês (...) se ele conseguisse obter o amplo consentimento das massas camponesas” (HALL, 2013, p.347).

Gramsci afirma existir diferença entre uma classe que domina e outra que dirige, pois, segundo o autor, o domínio e a coerção são capazes de manter a autoridade de uma classe específica sobre a sociedade. Entretanto, essa autoridade tem um alcance limitado, já que precisa recorrer continuamente aos meios coercitivos, em vez de conquistar apoio. A direção se dá também pela coerção, mas ela se conduz pela conquista do consentimento, pela consideração dos interesses dos subordinados, e pela tentativa de se tornar popular. E, para Gramsci, não existe um caso de coerção/consentimento totalmente puro.

É por isso que a hegemonia “não é exercida nos campos econômicos e administrativos apenas, mas engloba os domínios críticos da liderança cultural, moral, ética e intelectual” (HALL, 2013, p.349). Isso mostra que Gramsci não enfatizou apenas a complexidade da formação da sociedade civil moderna, mas também o desenvolvimento da complexidade do estado moderno. Na medida em que o Estado não é mais concebido simplesmente como um aparato administrativo ou coercitivo, podemos entender seu caráter educativo e formador. De acordo com Gramsci esse é

(...) o ponto a partir do qual a hegemonia da sociedade como um todo é exercida em última instância (...) É o ponto de condensação – não porque todas as formas de domínio coercitivo se irradiem necessariamente de seus aparatos, mas porque, em sua estrutura contraditória, ele condensa uma variedade de relações e práticas, formando um “sistema de regras” definido. (HALL, 2013, p.352-353)

Dessa forma, Hall mostra que Gramsci elabora uma nova concepção de Estado. O Estado moderno, que exercita a liderança moral e educativa, é, para Gramsci, o local onde os blocos de forças sociais que o dominam não apenas justificam e mantêm seu domínio, mas conquistam pela liderança e autoridade o consentimento ativo daqueles sobre os quais ele governa. É assim que o Estado consegue exercer uma função central na construção da hegemonia. Hall (2013, p.354) destaca que é justamente a utilização desse conceito de Estado, traçado por Gramsci, que “transforma totalmente, por exemplo, grande parte da literatura sobre

o chamado “estado pós-colonial”, que tem sempre pressuposto um modelo de poder de Estado instrumental, simples e dominador”.

Em relação aos sujeitos da ideologia, Gramsci recusa a ideia de um sujeito ideológico unificado e predeterminado. Hall exemplifica mostrando ser, de maneira geral, pouco provável “o proletário com seus pensamentos revolucionários ‘corretos’ ou os negros com sua consciência geral antirracista já garantida.” (HALL, 2013, p.359). Gramsci, então, reconhece a pluralidade dos “eus” e identidades que compõem o sujeito do pensamento.

Assim, ele argumenta que a natureza multifacetada da consciência não é um fenômeno individual, mas sim coletivo. É a consequência do relacionamento entre “o eu” e os discursos ideológicos que compõem o terreno cultural da sociedade. Isso contribui para a percepção do caráter complexo e interdiscursivo do campo ideológico. Podemos entender que a cultura, com o processo de luta ideológica, é um terreno historicamente moldado. Gramsci ajuda-nos na percepção de que a “mudança ideológica é concebida não em termos de substituição ou imposição, mas em termos da articulação e desarticulação das ideias” (HALL, 2013, p.362).

Hall projeta essa perspectiva teórica de Gramsci para a reflexão e análise do racismo e outros fenômenos sociais relacionados. Segundo Hall (2013, p.363), a especificidade histórica colabora na refutação da ideia que persuade as sociedades de que, “por ser em toda parte considerado uma prática profundamente anti-humana e antissocial, o racismo é igual em todas as situações – seja e suas formas, suas relações com as outras estruturas e processos ou em seus efeitos”. É preciso, junto com Gramsci, percebermos o quanto o racismo, as práticas e estruturas racistas tem impactos penetrantes, mas de formas irregulares.

Com isso, Hall (2013, p.364) vai afirmar que, no distanciamento do modelo eurocêntrico de desenvolvimento capitalista (e mesmo dentro desse modelo), o que vem realmente sendo encontrado são as formas diversas em que o capital consegue “preservar e adaptar a sua trajetória fundamental, controlar e explorar essas qualidades particulares da força de trabalho, incluindo-as em seus regimes”. É nesse sentido que Hall vai traçar a reflexão do quanto a estruturação racial e étnica da força de trabalho, com sua composição de gênero

(...) pode inibir às tendências “globais” racialmente concebidas do desenvolvimento capitalista. Contudo, essas distinções têm sido mantidas, e de fato *desenvolvidas e refinadas*, na expansão global do modo capitalista. Elas fornecem os meios de diferenciação das formas de exploração dos distintos setores de uma força de trabalho fraturada. (HALL, 2013, p.364).

Hall entende que a análise da presença do racismo não pode ser reduzida em uma concepção hegemônica, pois, se for, impede a reflexão da aquisição de ideologias racistas

dentro da classe trabalhadora e instituições como os sindicatos, por exemplo. Hall, assim como Gramsci, percebe que as ideologias são inevitavelmente contraditórias. É por isso que, nas formações ideológicas, entendendo que o “eu” não é um sujeito unificado, mas contraditório, ou seja, uma construção social, Hall (2013, p.370) mostra que é preciso atentarmos para uma das características do racismo: “a ‘submissão’ das vítimas do racismo aos embustes das próprias ideologias racistas que as aprisionam e definem”. Sendo assim, Gramsci contribui ainda para entendermos como os elementos distintos e contraditórios são capazes de se entrelaçar e interagir nos discursos ideológicos distintos, transformando as ideias populares e o senso comum no processo de luta ideológica que se estabelece nas sociedades. A análise das ideologias racistas pode ser realizada nesse sentido.

Em relação à posição da mulher africana na sociedade brasileira, Nascimento (2016, p.74) cita o Manifesto das Mulheres Negras que ocorreu em 1975 evidenciando que elas “receberam uma herança cruel: ser o objeto de prazer dos colonizadores. (...) Mas se a qualidade do “produto” é dita ser alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso.” Até hoje, podemos perceber como a mulher continua vítima e muito vulnerável, o que nos leva a concluir, juntamente com o autor, que

(...) o branco elimina os negros e mulatos do seu círculo de convivência mais íntimo: a família. É dessa forma que ele consegue dissimular as rígidas barreiras àqueles impostas. E assim temos, diante dos olhos, uma radiografia a mais da famigerada “democracia racial”, em cujo contexto o homem negro e a mulher negra só podem penetrar de forma sub-reptícia, pela porta dos fundos. Como criminoso e como prostituta. (NASCIMENTO, 2016, p.76).

É nessa perspectiva que Nascimento vai nos mostrar a presença do mito “Africano Livre”. Depois de anos de trabalho, quando o negro já estava velho, doente, mutilado e não conseguia manter a mesma capacidade produtiva de antes, ele era atirado à rua, qual lixo humano e assim, recebia o “título” de africano livre. O negro era “liberto” nessas condições, sem nenhum recurso. Para Nascimento, o mito do africano livre era nada menos do que uma forma de legalizar o “assassinio coletivo” que atirava os negros para fora da sociedade. Isso se potencializou, conforme afirma o autor, com a Lei Áurea, que não passou de um assassinato em massa. A partir da abolição os senhores, o Estado e a igreja foram exonerados de responsabilidades, da solidariedade e da justiça social. Tudo isso aconteceu por conta da ideia de “africano livre”, como se com essa “liberdade”, negros e brancos passassem a desfrutar das mesmas oportunidades. Com isso, “o que podemos esperar de uma sociedade fundada sobre a aventura e não sobre o trabalho, fundada na caça fatal ao índio, na escravidão, na degradação

da mulher?”⁶ Segundo Nascimento, o negro vive uma escravidão em liberdade, o que seja talvez equivalentemente pior.

Resultante disso, vieram os estupros das mulheres negras pelos brancos numa tentativa do branqueamento da sociedade, principalmente com o “medo” da “mancha negra”, que assombrou a classe dominante. O mulato já representava a esperança da erradicação dos negros no Brasil, mas segundo Nascimento, tanto o negro quanto o mulato, são vítimas do desprezo, do preconceito e da discriminação. Negro e mulato vivem cercados pelo mesmo desdém. Nesse cenário, surgiu uma afirmação, pertencente à ideologia racial brasileira, como afirma Nascimento, que “as pessoas de origem índia ou africana preferem ser rotuladas de brancas e de que a benevolência da estrutura social em lhes conceder o privilégio da condição de “branco” honorário constitui prova da ausência de preconceito ou discriminação racial!” (NASCIMENTO, 2016, p.91). Ou seja, o ideal do embranquecimento foi tão forte e tão manipulador que a discussão sobre raça se perde, mas é justamente a raça que simboliza “o arame farpado onde o negro sangra sua humanidade.” (NASCIMENTO, 2016, p.92).

Como, após a abolição, não houve a implementação de nenhuma medida para integrar os novos cidadãos afrodescendentes à economia e à sociedade, entende-se que é essa natureza da abolição da escravatura no Brasil que “foi o componente essencial a determinar a natureza circular da cadeia de fatores interligados que causam e caracterizam a exclusão histórica dos afro-brasileiros.” (SANTOS, 1994, citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.124). É nesse sentido que

Com Antonio Callado, podemos, sem eufemismo, chamar a Lei Áurea de “Lei de Magia Branca”, pois nenhuma imposição jurídica ou legal, por si só, tem força para mudar trezentos anos da cultura de privilégios do branco e de espoliação e submissão do negro (NASCIMENTO, A., 1968, p.46 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.125).

Assim é possível refletir o quanto a “Lei de Magia Branca”, reforça a presença do sortilégio da cor em todo o território nacional, já que, a “iminência da abolição da escravatura causava um verdadeiro pânico à elite dominante, que se apressou a constituir políticas públicas destinadas a apagar a “mancha negra” e a purificar o estoque racial da nação” (AZEVEDO, 1987 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.125). Então, ao invés da promoção de oportunidades para inserção da população negra, a proposta era eliminar todos os vestígios dos descendentes de africanos – por isso a ideia de mancha – para que a meta fosse atingida: ter

⁶ (DEGLER, 1971, p.207 citado por NASCIMENTO, 2016, p.80-81).

uma população toda branca. De acordo com a autora, esse objetivo foi expresso de forma muito eloquente na literatura da época.

E ainda, em 1889, um episódio potencializa todas essas atrocidades: o ministro das Finanças Rui Barbosa ordena a incineração de todos os documentos pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro e aos africanos que foram escravizados⁷. O que é a causa de hoje não possuímos os elementos indispensáveis à compreensão e análise da experiência africana no Brasil. Episódios como esses deram força para a classe dominante se agitar e se ressentir toda vez que surge um movimento de conscientização afro-brasileira, pois considera como uma ameaça e imposição (sujeitos assujeitados pela história e pela ideologia). “E as informações que os negros poderiam utilizar em busca de dignidade, identidade e justiça lhes são sonegadas pelos detentores do poder.” (NASCIMENTO, 2016, p.93). Entendermos isso contribui para percebermos, junto com Nascimento, que a “constituição do país não reconhece entidades raciais, todo mundo é simplesmente brasileiro.” (NASCIMENTO, 2016, p.94).

E, assim, vemos uma “estranha” democracia racial que bloqueia as reivindicações dos negros e que, de acordo com Nascimento, em 2016, data da publicação do livro, o governo brasileiro já tentava “censurar, intimidar, e calar instituições de pesquisa e estudiosos estrangeiros que se preocupam com a situação do negro no Brasil.” (NASCIMENTO, 2016, p.95). E mesmo após a sanção da lei Afonso Arinos em 1951, “Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece: difusa, mas ativa.” (NASCIMENTO, 2016, p.97). Para além da discriminação que sofrem, Nascimento afirma existir uma espécie de “labirinto raça-classe-sociedade”, capaz de obstruir os caminhos que o negro tenta percorrer.

E, não é à toa que a classe dominante, como afirma Nascimento (2016, p.112), tem a sua disposição, além dos órgãos de poder, o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. São os “poderosos implementos de controle social e cultural (...) instrumentos (...) usados para destituir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria”. Nascimento (2016, p.115-116) vai afirmar que o negro do Brasil está a cada dia que passa sendo liquidado “nas malhas difusas, dissimuladas, sutis e paternalistas do genocídio mais cruel dos nossos tempos”. E quando um negro consegue qualquer degrau na escada social, não causa espanto, porque “já não é mais um negro: trata-se de um assimilado que deu as costas às suas origens, ou seja, um ‘negro de alma branca’”.

⁷ “inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros, e assim por diante” (NASCIMENTO, 2016, p.93)

Por meio da rejeição e do apagamento simbólico das matrizes demográfica e cultural africanas, o racismo persiste. “Nesse contexto, o caminho de construção de identidades afro-brasileiras está bastante comprometido, pois os possíveis referenciais são invisibilizados, apagados da memória histórica, ou desautorizados” (NASCIMENTO, E., 2003, p.152). Para a autora, existe um movimento de recalque que é ainda mais reforçado pelo domínio das representações negativas do africano. É por meio do silêncio e da negação que são criados os padrões normativos que regem o trato do tema das relações raciais, entre pais e filhos, professores e alunos. Assim como o ser branco aponta para a normalidade o ser negro aponta para a degradação, um “desvio doentio”, como a autora aponta. É uma realidade que ainda se perpetua.

Nesse sentido, a classe dominante, ou seja, dos brancos, vai se articulando de maneira a não admitir o impacto do racismo, pois caso isso aconteça seus privilégios serão expostos arregaladamente, evidenciando que a auto-imagem que o branco constrói de competência e de mérito nem sempre é uma conquista verdadeira. Dessa forma, segundo a autora, em um processo de seleção em que duas pessoas, uma branca e uma negra, são igualmente qualificadas, quando os critérios objetivos de seleção não determinam a escolha, o que decide é a subjetividade do padrão. Mas, “Imbuído dos estereótipos construídos ao longo de cinco séculos, sua reação “natural”, isto é, sem reflexão, é preferir o branco.” (NASCIMENTO, E., 2003, p.214).

Nascimento (2016, p. 169), acredita “que a consciência humana não poderá mais permanecer inerte, endossando a revoltante opressão e liquidação coletiva dos afro-brasileiros” Nascimento reforça o caráter constantemente mutável do racismo no Brasil, que exige uma luta séria e focada. Segundo o autor, focar a ausência das reflexões significaria a “aprovação desse criminoso genocídio perpetuado com iniquidade e patológico sadismo contra a população afro-brasileira.” (p.170).

Em relação ao protagonismo afro-brasileiro, Nascimento (2003, p.221) identifica que um aspecto “constitutivo do sortilégio da cor é o processo de velamento que sofre o protagonismo histórico afro-brasileiro do século XX”. Por isso, a prioridade de luta, segundo a autora, refere-se à questão da dignidade humana, pois “para o afrodescendente que vive concretamente a exclusão com base na sua cor ou raça em sociedades multirraciais, a primeira contradição social é a racial, e não a de classe.” (NASCIMENTO, A., 1980 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.275).

Vale ressaltarmos outra discussão de Hall que muito contribui para as reflexões sobre raça e o “ser negro”. O autor se propõe a responder o seguinte questionamento: “Que “negro”

é esse na cultura negra?”. Hall mostra que se a bandeira que o pós-moderno global levanta é a de uma abertura para a diferença e para as margens, provocando um tipo de descentramento da narrativa ocidental, ele vem acompanhado por uma grande reação das políticas culturais:

(...) a resistência agressiva à diferença; a tentativa de restaurar o cânone da civilização ocidental; o ataque direto e indireto ao multiculturalismo; o retorno às grandes narrativas da história, da língua e da literatura (os três grandes pilares de sustentação da identidade e da cultura nacionais); a defesa do absolutismo étnico, de um racismo cultural (...) as novas xenofobias (HALL, 2013, p.377-378)

A cultura popular, como Hall defende, torna-se o espaço de homogeneização em que os estereótipos e as fórmulas vão ser capazes de processar as experiências e de transmitir o controle das narrativas e representações para as burocracias culturais. Ao mesmo tempo que ela está enraizada na experiência popular, ela se encontra, como define Hall, disponível para a expropriação. Desse modo, Hall defende a necessidade de entendermos que, assim como todas as culturas populares no mundo moderno, a cultura popular negra está destinada a ser contraditória. Segundo o autor, existem “questões profundas de transmissão e herança cultural, de relações complexas entre as origens africanas e as dispersões irreversíveis da diáspora” (HALL, 2013, p.381). Dessa forma, os repertórios da cultura popular negra foram sobredeterminados de duas formas, tanto por suas heranças quanto pelas condições diaspóricas.

Segundo Hall, a questão da sobredeterminação, que são os repertórios culturais negros constituídos simultaneamente a partir de duas direções, é bem subversiva, pois insiste na criação de uma ideia de que na cultura popular negra não existem formas puras. Mas o que Hall nos mostra é que essas formas estão sempre negociações entre posições dominantes e subalternas. No momento em que “o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir” (HALL, 2013, p.383-384).

Assim, o movimento defendido por Hall caminha na direção de não apenas apreciação das diferenças históricas e experiências de e entre comunidades e regiões, mas de reconhecer outros tipos de diferença que “localizam, situam e posicionam o povo negro” (HALL, 2013, p.385), principalmente, levando em consideração as complexidades das estruturas de subordinação que moldaram a forma como os negros são inseridos na diáspora negra.

No próximo tópico, abordaremos os aspectos metodológicos que dão suporte aos movimentos de análise e reflexões propostas.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste estudo envolve uma pesquisa bibliográfica pautada no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso de orientação materialista. A partir da perspectiva discursiva que a AD nos possibilita trabalhar, podemos traçar reflexões e análises para compreendermos a língua em seu caráter opaco e não transparente. Assim como a AD é uma disciplina de entremeio, conseguimos, através de seu aparato teórico, observar a relação entre língua e ideologia, que resulta nos sentidos e nas posições que os sujeitos ocupam nas (re)produções que se engajam cotidianamente. Trabalhar no entremeio é, portanto, analisar como a ideologia age na língua e impacta nos discursos. Essa proposta nos permite olhar para os enunciados e percebermos que existe uma série de interpretações possíveis e não apenas o sentido “certo”, único. O analista precisa, então, atentar-se para a ação da ideologia na materialidade e compreender a historicidade dos sentidos.

É assim que a AD Pecheutiana rompe com o formalismo, que via a língua como uma estrutura autônoma, pois Pêcheux propõe uma reflexão da relação entre língua e ideologia (língua, história, sujeito). Para isso, busca contribuições na Linguística, deslocando a noção de fala para discurso; no Materialismo Histórico, a materialidade discursiva em relação com a sua historicidade e a teoria da Ideologia proposta por Althusser; e na Psicanálise, a noção de Inconsciente, ou seja, o de-centramento do sujeito. Essas contribuições permitem que a AD trabalhe o discurso enquanto prática social em que a língua se materializa e, por isso, podemos observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história.

Portanto, trata-se de uma pesquisa que visa analisar os efeitos de sentidos dos textos selecionados, mais especificamente, enunciados que foram produzidos por internautas nas redes sociais. Como recorte, para a coleta do corpus, selecionamos os comentários de usuários, que reagiram em torno de um acontecimento específico, a notícia da seleção de uma jovem atriz negra para protagonizar um filme da Disney.

Com os gestos de leitura e de interpretação realizados, buscamos compreender os motivos que impulsionaram a (re)produção de discursos que demonstram a desaprovação, o descontentamento e o incômodo em relação à notícia de que Halle Bailey, uma jovem atriz negra norte-americana, foi selecionada pela Disney para protagonizar a personagem Ariel em “The Little Mermaid”, uma *live action remake* que começaria a ser gravada no final de 2019. Nesse movimento, pretendemos perceber como essas posturas, adotadas pelos usuários das redes sociais, evidenciam a presença do discurso racista na sociedade brasileira, bem como as práticas de um racismo velado, silencioso, mas ativo.

Dessa forma, após as leituras e discussões realizadas, traçaremos algumas reflexões sobre a repercussão de uma das chamadas da produtora de filmes Disney, que anunciou, em 03/07/2019, a seleção da atriz que vai representar a personagem Ariel. Com a notícia de que Halle Bailey seria a protagonista do filme, uma grande onda de comentários percorreu as redes sociais, como o Instagram e o Twitter – este último foi o que apresentou uma quantidade de postagens mais expressiva. O público brasileiro, dividido em opiniões sobre essa escolha da Disney, utilizou as redes sociais para expressar suas ideias, opiniões e palpites. Foram coletados 80 comentários, mas foram selecionados 35 para a realização da análise proposta.

A partir da repercussão e das discussões que essas postagens instigam, e, principalmente, com a temática que dialogam, o protagonismo do negro, fez-se a coleta de um corpus para ser analisado, discutido e refletido, com base no referencial teórico demonstrado. Como meio de não identificação dos usuários que teceram os comentários que serão analisados a seguir, criou-se uma simbolização para as identificações que se fazem necessárias para a realização das análises. Abaixo, segue a tabela que norteia as marcações efetuadas:

Tabela 01 – Códigos para análise

SEXO	COR DA PELE	SÍMBOLO
Feminino	Branca	
Masculino	Branca	
Feminino	Não branca	
Masculino	Não branca	
Usuários avatares ⁸	-	

Fonte: Do autor, 2021.

⁸ De acordo com o dicionário online de português, no campo da informática, os avatares são representações que os usuários fazem de si mesmo, geralmente em meios virtuais, com o objetivo de se personificar, para demonstrar uma autoimagem. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/avatar/> > Acesso em: 23 jan. 2021. Essa personificação se dá por meio de desenhos e imagens já existentes ou que são criadas pelos próprios usuários.

Além dos comentários, também integram a análise imagem que registra o lançamento da notícia que anunciava a seleção da atriz pela produtora de filmes da Disney e imagens postadas por alguns internautas para reforçarem o ponto de vista assumido por eles:

Figura 01 - Chamada da Disney publicada em 03 de julho de 2019 no site oficial da produtora

The image shows two screenshots of the D23 website. The top screenshot is the main article page, and the bottom screenshot is a detailed view of the article content.

Top Screenshot (Main Article Page):

- Header: D23 THE OFFICIAL Disney FAN CLUB. Navigation links: JOIN D23, MEMBERSHIP, NEWS, EVENTS, WALT DISNEY ARCHIVES.
- Breadcrumbs: HOME / NEWS / HEADLINES / HALLE BAILEY CAST AS ARIEL IN LIVE-ACTION REIMAGINING OF THE ...
- Category: HEADLINES
- Main Image: Halle Bailey with the caption "Halle Bailey Cast as Ariel in Live-Action Reimagining of *The Little Mermaid*".
- Right Sidebar Promotions:
 - Valentine SWEEPSTAKES (ENTER NOW)
 - D23 CELEBRATES 50 Most Magical Years of the Walt Disney World Resort (LEARN MORE)
 - D23 2020 Events (See the Full Lineup)

Bottom Screenshot (Article Content):

- Section: *Mermaid*
- Date: JULY 3, 2019
- Author: by Zach Johnson
- Text:

Halle Bailey is ready to explore the fathoms below. Today, Walt Disney Studios announced the actress, best known for her role on the Freeform series *grown-ish*, has been cast as Ariel in Disney's upcoming live-action reimagining of *The Little Mermaid*. The film will be directed by Rob Marshall and produced by Marshall, John DeLuca, Marc Platt, and Lin-Manuel Miranda. The film will feature beloved songs from the animated classic by Alan Menken and Howard Ashman, as well as new songs by Menken (music) and Miranda (lyrics).

"After an extensive search, it was abundantly clear that Halle possesses that rare combination of spirit, heart, youth, innocence, and substance—plus a glorious singing voice—all intrinsic qualities necessary to play this iconic role," says Marshall.

Production is anticipated to begin in early 2020.

Additional announcements regarding *The Little Mermaid* are expected in the coming weeks.

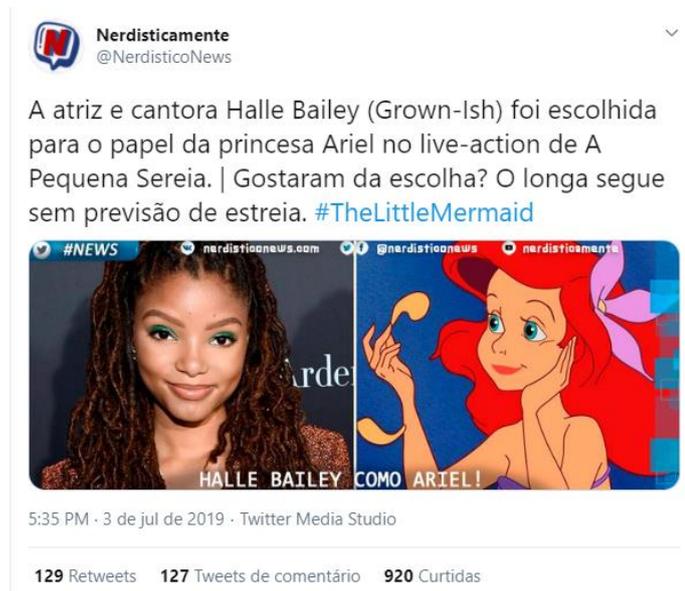
Fonte: The Official Disney Fan Club

5 ANÁLISE DOS DADOS

A seguir, serão apresentadas as imagens das publicações e seus respectivos comentários que foram coletados para a análise. Cada publicação foi dividida e numerada em um bloco, a fim de facilitar a disposição das imagens. Em cada bloco, tem-se as reflexões e análises propostas.

BLOCO 1

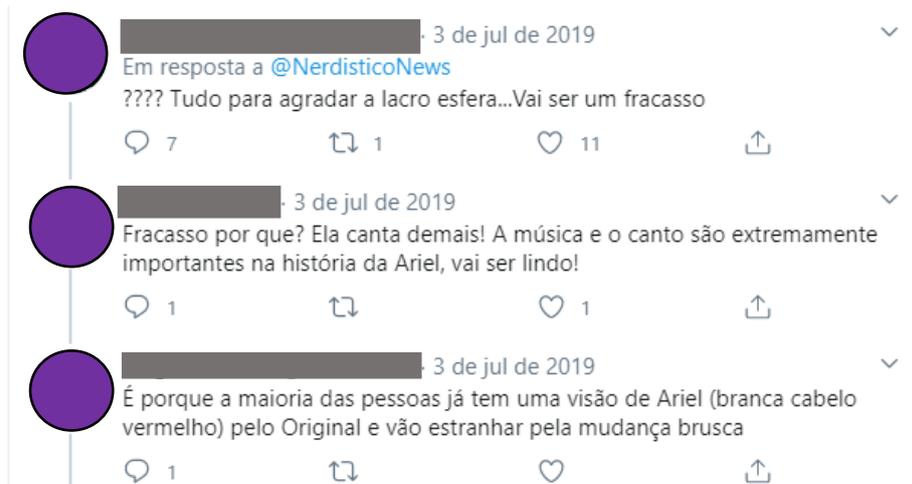
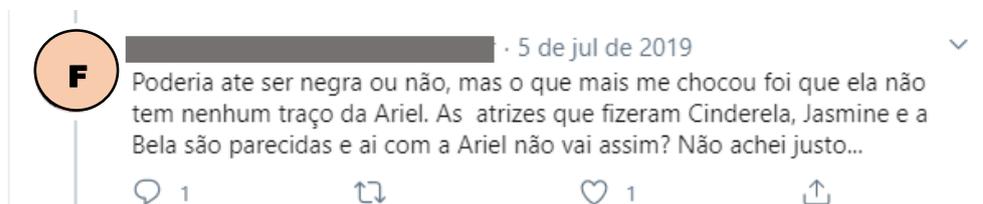
Figura 02 - Publicação 01



Fonte: <https://twitter.com>

Figura 03 - C01



Figura 04 - C02**Figura 05 - C03****Figura 06 - C04****Figura 07 - C05****Figura 08 - C06**

Observando os comentários acima, vemos que há um grande descontentamento que é compartilhado entre esses usuários do Twitter. No comentário 01, uma mulher branca, afirma:

“Não era **melhor** uma atriz ruiva? Ariel **morena** não combina”.⁹ Ao refletirmos sobre esses dizeres, podemos recordar aquilo que Abdias Nascimento explica sobre a figura do negro ser vista negativamente, já que a atriz ruiva é vista como a opção melhor, logo o contraponto seria a negra. Isso é efeito de todo o exclusivismo que, de acordo com Abdias Nascimento, o branco se deleita. Na utilização do termo *morena*, refletimos, então, sobre o apagamento que ocorre em relação a figura do negro, juntamente com a atuação do ideal da brancura, que provoca na sociedade uma vontade de “clarear” a população brasileira. Esses aspectos – o exclusivismo branco e o apagamento do negro – estão presentes no discurso racista e na memória discursiva do que vem significando ser negro, moreno e branco, já que é através da ideologia que o já dito vai sendo sustentado e os sentidos vão sendo institucionalizados, conforme nos mostra Orlandi (2007b).

Na série de comentários registrados em C02, temos a presença de uma sequência de “????” antes do primeiro comentário que prossegue: “Tudo para agradar a lacro esfera...Vai ser um fracasso”. Esse posicionamento de dúvida, espanto e estranheza, transcrito pelos pontos de interrogação, fazem referência a todo o sentimento que o discurso do racismo e de ódio compartilham frente a notícias de que negros estão conseguindo, à revelia das vontades da classe dominante e de um ideário social pautado na supremacia de um grupo racial, ocupar e chegar a lugares que antes eram apenas destinados e separados para os brancos. Podemos perceber que o movimento de repetição de cada “?” aumenta a proporção da indignação expressada.

A palavra “*lacrosfera*”, nesse caso, pode ser entendida como uma forma de minimizar os efeitos do racismo, apagando a dificuldade do negro de se integrar na sociedade. É também uma forma de atribuir toda a luta que a classe negra enfrenta como se fosse apenas uma vontade de se expor e se mostrar, esse é um efeito de sentido que a palavra “*lacrosfera*” produz. É interessante ressaltar a quantidade de *likes* (curtidas) dos comentários que discordam da seleção da atriz ganham. Em C01 e C02 a quantidade é de 27 e de 11 curtidas, respectivamente. Enquanto o comentário que questiona: “Fracasso por que?” recebe somente 1 curtida. Isso evidencia um movimento de repúdio e revela o modo como os sujeitos que participam da interação agem em relação à escolha da atriz negra para representar a personagem principal.

Em C03, a escolha da atriz negra para protagonizar uma personagem branca do desenho animando é vista pelo internauta, homem branco, com um deslocamento, como um feito desproporcional, pois ele se refere à mulher negra como se ela fosse um contraponto da

⁹ Grifo nosso

feminilidade, quando a compara com um homem. Ou seja, a mulher negra é desautorizada a ocupar essa posição e é comparada ao oposto do que se esperaria da mulher com os traços femininos e graciosos. A mulher negra é destituída da feminilidade e dos atributos que a mulher branca possui em demasia na visão da ideologia da brancura. Os posicionamentos discursivos apresentados apontam para um imaginário branco e racista que se materializa nas práticas discursivas de sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco.

Quando esse usuário diz que “**Só** faltaram colocar um homem”, ele se pauta em uma formação imaginária para a qual o negro não “serve” para ocupar o papel de protagonismo. Assim, vemos que esse sujeito assume o posicionamento de reivindicar a estrutura já estabelecida pelo sistema capitalista em que os negros estão na base, trabalhando e não ocupando posições mais elevadas, como o protagonismo de uma produção cinematográfica. Podemos lembrar das contribuições de Althusser (1970) quando este defende que é a partir da reprodução da força de trabalho que ocorre submissão às regras pertencentes à ideologia dominante. Dizer que a mulher negra não pode ocupar essa posição de protagonista de um filme é reforçar a permanência dessa estrutura capitalista e racista.

Somado a isso, em 04, a escolha da atriz é vista como uma injustiça quando a internauta, uma mulher branca, diz: “Poderia **até** ser negra ou não, mas o que mais **me chocou** foi ela não *ter**¹⁰ nenhum traço da Ariel (...) Não achei justo”. Além de atribuir uma culpa, como se a atriz “roubasse” a oportunidade de outras atrizes brancas, o modo como foi dito, “Poderia até ser negra”, pode ser visto como uma falta de aceitação e, ainda, uma grande dificuldade de compreensão de que o negro pode e deve ocupar esses espaços.

Os comentários 01, 02, 03 e 04 apontam para um descontentamento dos internautas em relação à indicação de Halle, uma atriz negra, para o papel da personagem que foi representada até então, nas animações, por uma jovem branca e ruiva. Percebemos, dessa forma, que o descontentamento identificado evoca uma memória discursiva da cultura ocidental que cultua a pele branca como símbolo de beleza e de superioridade sobre a pele negra.

Nos comentários 05 e 06, o discurso racista está explicitamente marcado. Esses comentários foram selecionados, pois se estruturam como uma resposta à pergunta feita na publicação “Gostaram da escolha?”. Podemos ressaltar que o sentimento de ódio é constituinte do discurso racista, que vê o negro como um objeto, um empecilho, um ser desmerecedor. Discursos dessa natureza são oriundo de formações discursivas segregacionistas que promovem

¹⁰ Será utilizado o símbolo gráfico (*) para algumas intervenções ortográficas nos comentários analisados.

a desumanização do outro, equiparando-o àquilo que não é limpo, não é belo e não merece ser tratado como gente. Dessa forma, no discurso de ódio racista, o negro que ocupa esse lugar do outro que é desumanizado.

É por isso que, quando uma mulher branca diz “Ódio define”, no comentário 05, além de perpetuar o discurso do ódio, ela demonstra sua posição em relação à presença do negro na sociedade, já que desaprova a participação de uma atriz negra como protagonista de um filme. Portanto, esse também é um comentário que se vincula ao discurso racista. É interessante destacar ainda que o que faz dois usuários do Twitter curtirem esse comentário, demonstrando concordância, é justamente a evidência da filiação à mesma formação discursiva que se apresenta no enunciado (re)produzido por essa internauta.

O comentário 06 situa a mulher negra no extremo oposto da feminilidade, comparando-a com a figura do homem e desautorizando-a do papel de protagonista. O internauta ainda diz que “Se a água for meio turva vai até”. Vemos que esse comentário se apresenta como um discurso de ódio e é ainda um discurso racista, já que, ao sugerir que a água seja um pouco turva, o internauta propõe um ofuscamento na imagem da atriz durante o filme. Essa proposta do internauta misturada com o incômodo que ele demonstra pela atuação da atriz negra, nos faz lembrar do silenciamento, elemento definido por Orlandi (2007a, p.53), que se refere à forma de não calar, mas de dizer uma coisa. Para a autora, “o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito” e que o silenciamento na verdade é uma maneira que o sujeito utiliza para falar e não calar.

Dessa forma, o posicionamento desse internauta que sugere as águas turvas para o filme da atriz negra revela o seu assujeitamento à ideologia do supremacismo branco e, portanto, sua forma de se relacionar com a sociedade. Esse internauta assume a posição sujeito racista ao demonstrar que a atriz negra não pode ocupar o mesmo lugar, nem das mesmas condições que uma atriz branca poderia.

BLOCO 2

Figura 09 - Publicação 02



Fonte: <https://twitter.com>

Figura 10 - C07



Figura 11 - C08



Figura 12 - C09

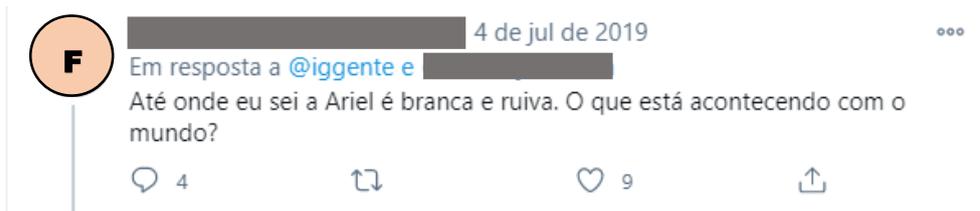
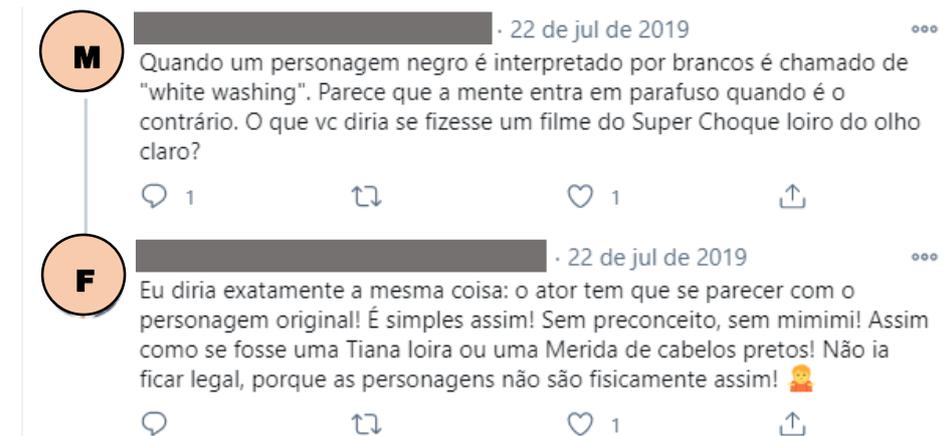


Figura 13 – C10



Realizada pela conta do iG Gente no Twitter, a publicação 02 traz a foto da atriz e da personagem do desenho animado com a cor de pele negra. Vemos que essa postagem apresenta um posicionamento de aprovação pela escolha de Halle Bailey, uma vez que já traz a representação da personagem negra. Ainda, é importante ressaltarmos que nessa divulgação há a informação de que a atriz foi indicada ao Grammy¹¹, estratégia que é identificada como um reforço das habilidades da atriz, na tentativa de legitimar a sua capacidade de exercer esse papel. Dessa forma, observando os comentários que se seguem à publicação, percebemos que as reações demonstram um grande sentimento de espanto (comentário 07 e 08).

Em seguida, no comentário 09, a internauta, após afirmar as características da personagem Ariel, branca e ruiva, questiona: “O que está acontecendo com o mundo?”. Com isso, podemos refletir o quanto a ideologia do supremacismo branco interpela essa internauta, mulher branca, fazendo-a questionar um acontecimento necessário para a construção do protagonismo e da identidade dos negros e a impedindo de entender a importância dessa

¹¹ Grammy Award é uma cerimônia de premiação da "Academia de Gravação" dos Estados Unidos, que presenteia anualmente os profissionais da indústria musical com o prêmio Grammy, em reconhecimento à excelência do trabalho e conquistas na arte de produção musical e, provendo suporte à comunidade da indústria musical. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grammy_Award> Acesso em: 30 jan. 2021.

representação. Podemos lembrar que, para a classe dominante brasileira, o controle do processo de construção da identidade dos negros e afrodescendentes significa dominação, conforme explica Elisa Nascimento (2003).

Na sequência 10, há uma tentativa de esconder o racismo. Essa tentativa pode ser identificada, principalmente, nos enunciados: 1) “Quando um personagem negro é interpretado por brancos, é chamado de “white washing”. Parece que a mente entra em parafuso quando é o contrário.”; O internauta, homem branco, referencia o movimento Whitewashing¹² para deslegitimar a luta negra por representação e protagonismo negro. São posicionamentos como esse que evidenciam o quanto, na sociedade brasileira, a classe dominante convive bem com o racismo, já que é ele que lhes garante os privilégios de que desfrutam diariamente.

Althusser (1970) nos mostra que, além do salário, outras instâncias cumprem o papel de assegurar a reprodução da força de trabalho. Assim, evitar o protagonismo negro por parte da classe dominante evidencia esse controle sobre os corpos negros. 2) “o ator **tem que se parecer com o personagem original!** ¹³ É simples assim! Sem preconceito, sem mimimi!”. O enunciado “tem que se parecer com o personagem original” aponta para uma imposição da internauta em relação ao que pode e ao que não pode ser aceito em termos de padrões sociais. O verbo “ter”, como utilizado, evidencia o desconforto que a posição do protagonismo negro causa a sujeitos interpelados por uma ideologia que dita o que pode e o que não pode ser feito em uma dada circunstância. Evoca-se uma memória inscrita em uma formação discursiva que dita comportamentos e ações que devem ser seguidos por brancos e negros. Através desse enunciado, podemos ver como a formação imaginária que trabalha a ideia de que, se um negro protagonizar um personagem “originalmente” branco, vai intervir no real, como vemos nas práticas racistas na sociedade brasileira.

Podemos reforçar, dessa forma, a relação da língua com o simbólico, conforme pontua Orlandi (2007b). De acordo com a autora, o texto não pode ser tratado como ponto final das reflexões do analista do discurso. O texto deve ser pensado como uma unidade que nos permite, enquanto analistas, termos acesso ao discurso, uma vez que este se materializa nas práticas

¹² Whitewashing: em português “branquear” algo “encobrir” algo/alguém. Disponível em: <<https://www.linguee.com.br/ingles-portugues/traducao/whitewashing.html>> Acesso em: 30 jan. 2021.

Whitewashing ou “embranquecimento” é um termo utilizado para designar produções culturais que substituem pessoas de outras etnias (negros, pardos, asiáticos, latinos, entre outras) por pessoas brancas. Além de tirar a oportunidade de atores não-brancos, a práticas por vezes perpetua estereótipos racistas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/09/o-que-e-whitewashing/>> Acesso em: 30 jan. 2021.

¹³ Grifos nossos

sociais. Enquanto os negros foram apagados e silenciados por representações brancas, a sociedade brasileira consumia e ainda consome, em deleite, essas práticas discursivas que fortalecem o sistema de exclusão do negro em diferentes instâncias sociais que a integram. Mas quando surge uma representação de um negro, a classe dominante, sob efeito da ideologia do supremacismo branco, não se conforma, não aceita, já que aceitar significaria que o branco poderia compartilhar das mesmas posições que o negro, e isso é inaceitável para a estrutura do discurso racista e para a estrutura do sistema capitalista.

BLOCO 3

Figura 14 - Publicação 03



Fonte: <https://twitter.com>

Figura 15 – C11

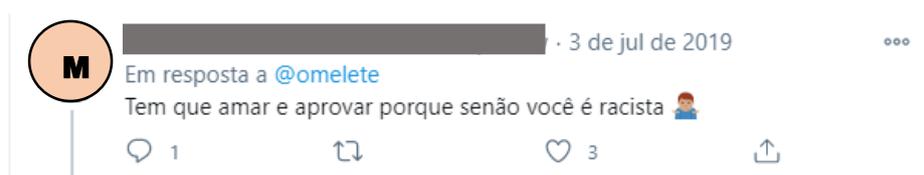


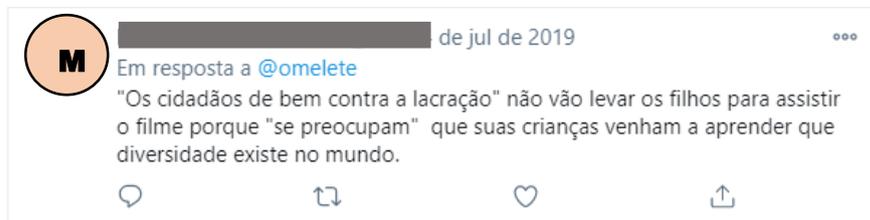
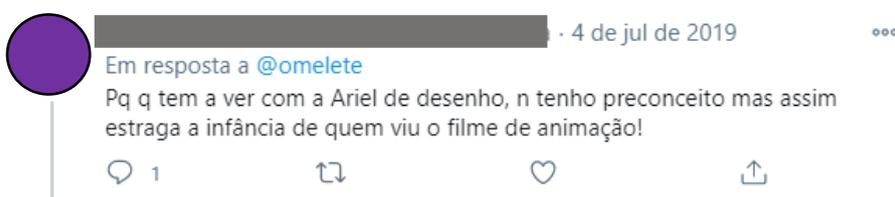
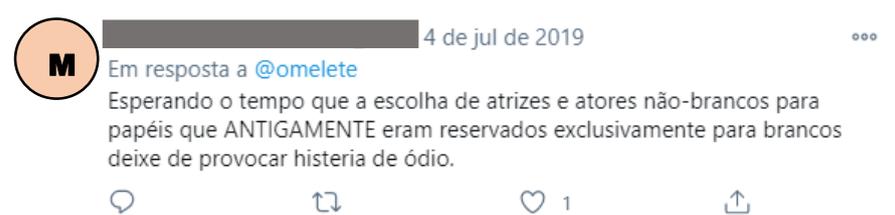
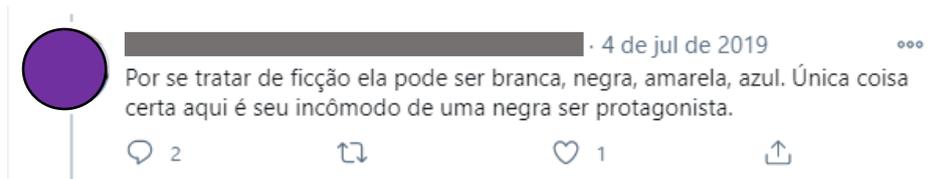
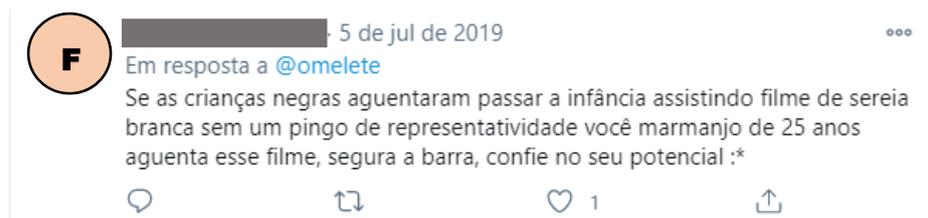
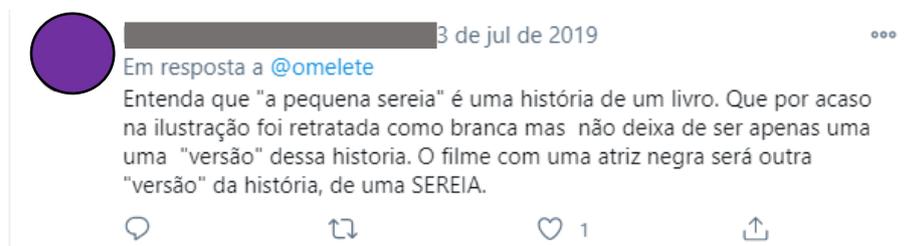
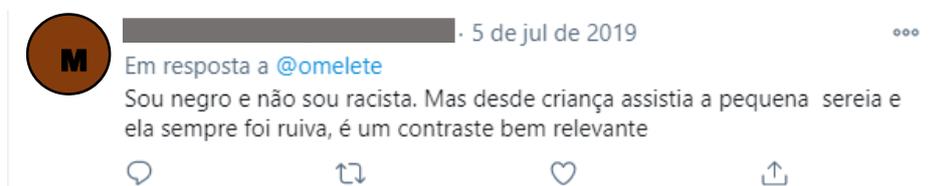
Figura 16 - C12**Figura 17 - C13****Figura 18 - C14****Figura 19 - C15****Figura 20 - C16****Figura 21 - C17**

Figura 22 - C18**Figura 23 - C19****Figura 24 – C20****Figura 25 – C21**

Em C11, observando a construção “tem que” somada aos verbos “amar” e “aprovar”, podemos ver que a posição do internauta em relação ao negro é permeada pela intolerância, já que existe um imaginário social, oriundo de uma memória social que atravessa o inconsciente, de que negros e brancos não podem ser tratados de forma igual. O funcionamento dos verbos nessa sequência discursiva caminha na direção de uma “denúncia” que esses sujeitos, interpelados pela ideologia do supremacismo branco, acreditam estarem sendo violados e até pressionados em aceitar as vezes em que o negro se destaca.

O comentário 12 (C12), “Tá de sacanagem” é uma resposta bem direta ao enunciado presente nessa publicação que vem anunciar: “CONFIRMADO!”, e demonstra o quanto a ação do negro na sociedade brasileira é desvalorizada que, a partir da ideologia da classe dominante, chega a se remeter e promover a validação da ideia de deboche e brincadeira, que a construção

com a palavra “sacanagem” busca. A associação feita da divulgação dessa postagem com o caso da grávida de Taubaté, no comentário 13, além de evocar a ideia de mentira, confusão, absurdo e impossibilidade, que esse caso da grávida desperta, esse enunciado assume um caráter de zombaria. No comentário 14, feito por um homem branco, percebemos que, entre as aspas, esse usuário vai trazer o enunciado do outro, para fazer a sua crítica. Nessa construção, os cidadãos de bem são referidos como aqueles que têm extrema preocupação com os filhos. Mas é interessante perceber como a construção “se preocupam”, destacada pelo usuário do Twitter, evidencia o que, na verdade, não é preocupação na visão dele, mas a presença do véu, da máscara, que Abdias Nascimento (2016) alerta em seu livro “O genocídio do negro brasileiro”, já que o racismo velado, agindo no silêncio, impede pensar, refletir e viver com a diversidade. Esse é o apontamento que o usuário busca fazer. Resgata o dizer do outro, em que é latente a ideologia do supremacismo branco, nesse caso, para denunciar as práticas racistas.

Não foi raro encontrar comentários que faziam comparações entre a troca de um branco por um negro e de um negro por um branco, na tentativa de mostrar um sofrimento que na verdade não existe. O comentário 15 é um exemplo que foi selecionado, em que o usuário diz: “Esperando acontecer o filme da Tiana (primeira princesa negra da Disney)* com uma atriz branca **pra eu jogar na cara também***”.¹⁴ Nota-se incômodo e medo, compartilhados por pessoas brancas, de “perder” o controle da situação, das posições e das atenções. É esse incômodo, também presente no comentário 16, que cria uma barreira impedindo esses sujeitos de perceberem a presença do racismo em seus enunciados, presentes, portanto, em suas práticas cotidianas.

Selecionamos os comentários 17, 18, 19 e 20 para evidenciar que surgiram alguns comentários favoráveis a atuação de Halle Bailey na *live action*, mas não observamos engajamento de outros internautas, nem obtiveram a interação, por meio de curtidas, ao contrário dos comentários analisados anteriormente e os que ainda serão apresentados, comentários que demonstram insatisfação e até mesmo ódio após a tomada de conhecimento dessa notícia.

No comentário 21, um homem negro inicia dizendo que é negro, mas não é racista e diz ser “um contraste bem relevante” a troca da personagem branca por uma negra. O que percebemos é que a ideologia do supremacismo branco age com tanta intensidade que vem interpelando até mesmo sujeitos negros, que, de maneira velada e às vezes silenciosa, acabam se incluindo no grupo que não enxerga o racismo em seus posicionamentos e práticas. Nesse

¹⁴ Grifos nossos.

ponto, podemos pensar nas contribuições de Stuart Hall (2013) que nos mostra muito bem como é o sentimento diaspórico do negro que vive sem ter a ligação com a sua origem, e podemos perceber que é certo que o processo de desconstrução da identidade contribui para esse sentimento. Além disso, Hall vai mostrar que o surgimento dos EUA como potência mundial, conseqüentemente, como centro de produção e circulação global de cultura é um dos marcos históricos e políticos que atravessam a forma com que a cultura trabalha com a ideia do “ser negro”. Por isso, quando o usuário negro diz ser um “contraste”, podemos perceber, sutilmente, que ele parece ter sido “contaminado” com os ideais da brancura, pelo padrão da brancura que é imposto no Brasil e que tem forte influência da produção cinematográfica norte-americana. Isso nos faz refletir como a ideologia aplica as relações de força e poder intensamente sob os sujeitos.

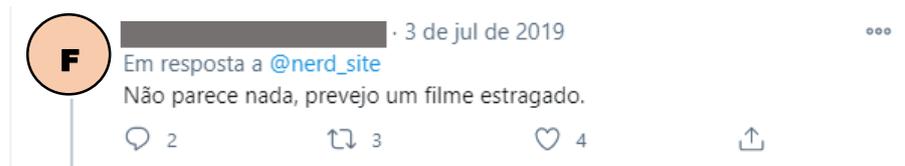
BLOCO 4

Figura 26 - Publicação 04



Fonte: <https://twitter.com>

Figura 27 - C22



O comentário 22, “prevejo um filme estragado”, proferido por uma mulher branca remete a uma memória discursiva de algo ruim, comprometido, deteriorado, que não tem solução. Então, quando uma mulher branca diz que prevê um filme estragado, por conta da escolha de uma atriz negra, ela evidencia o quanto está interpelada pela ideologia do supremacismo branco, inscrita em uma formação discursiva racista e elitista, em que os sujeitos se submetem e se pautam nas relações que estabelecem. Dessa forma, podemos ressaltar, nesse enunciado, um procedimento que atravessa o discurso que é a vontade de verdade. Segundo Foucault (1996), a vontade de verdade faz com que o sujeito acredite que está construindo um dizer, expondo sua vontade, mas o que acontece é que o sujeito, na ilusão da vontade de verdade, acaba retomando os já-ditos. E, é nesse jogo, que verificamos o quanto o desejo e o poder se sobressaltam nos dizeres. O quanto a sociedade branca brasileira deseja continuar sendo a maioria, deseja que o negro seja o figurante¹⁵, o amigo do personagem principal, o escravo, a empregada, deseja que o branco continue ocupando exclusivamente o papel do protagonista, na mídia e na vida.

No raciocínio consciente ou inconsciente dos sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco, o movimento de estragar é, na verdade, o negro protagonizar, porque isso significa a quebra de um ritual que vem se repetindo por décadas nas produções cinematográficas em que o branco assume o protagonismo e o negro ocupa um espaço delimitado ora como amigo(a) do(a) protagonista, ora como serviçal. Poucos atores negros chegam ao topo da fama. Com o negro protagonizando, o branco olha para o lado e vê o negro e esse “caminhar junto, caminhar perto” não é aceitável. Para a mídia e para o capitalismo, é rentável que as relações ideológicas de classe e que a população dominante (branca) continue dominando e a população inferiorizada (negra) continue trabalhando quieta, silenciada, sem voz. É o ciclo do capital.

¹⁵ Personagem secundária, geralmente muda, em peça de teatro, em espetáculos de dança ou no cinema. (Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/figurante/> > Acesso em: 01 mar. 2021)

BLOCO 5

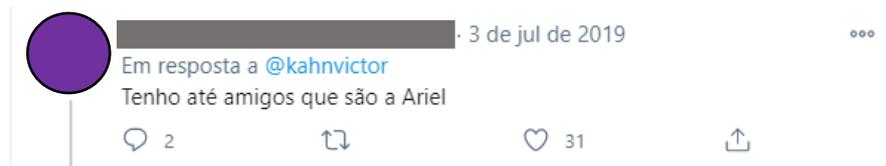
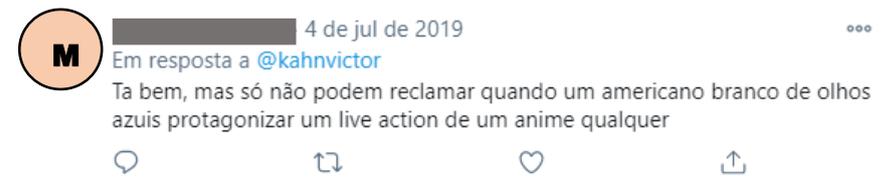
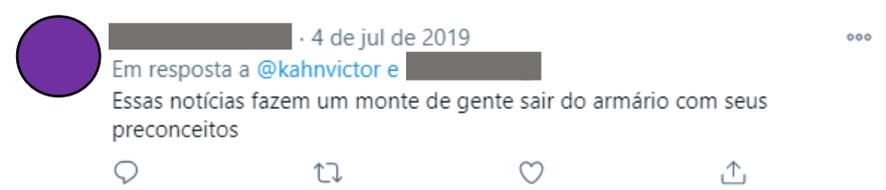
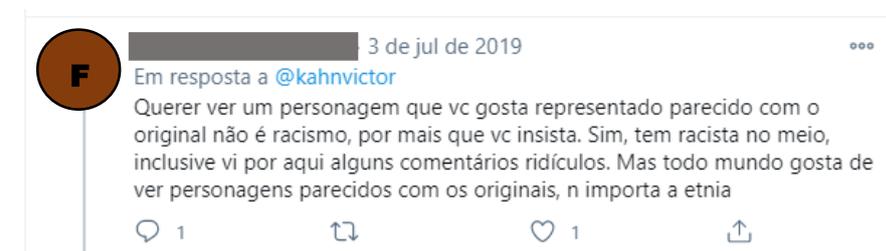
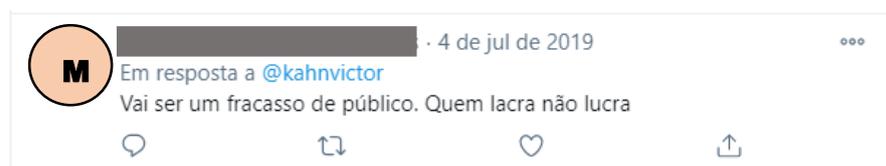
Figura 28 - Publicação 05



Fonte: <https://twitter.com>

Figura 29 - C23



Figura 30 - C24**Figura 31 - C25****Figura 32 - C26****Figura 33 - C27****Figura 34 - C28**

Sabendo que essa publicação (05) já se constitui como um comentário da reação do público frente a notícia da estreia da atriz, vemos que ele já traz um posicionamento que, somado a imagem da queda d'água da usina, contribui para a construção de sentidos. Sabemos, então, que essa publicação chama a atenção para o enunciado “Eu não sou racista, mas”. Juntamente com a imagem podemos perceber que existe um primeiro momento “Eu não sou racista” que se refere a parte a parte em que a água segue tranquila e se comporta em seu espaço; e um segundo momento que é o “mas” que se refere à explosão, ao desvio, ao oposto da tranquilidade. Após essa observação, podemos refletir o que esse enunciado nos mostra. Se, em

uma discussão, um sujeito diz “Eu não sou racista, mas”, o uso da conjunção adversativa “mas” tem a capacidade de anular os efeitos da oração anterior, por possuir uma carga de oposição e contraste.

Os argumentos que vêm depois da conjunção ganham maior expressividade e demonstram especificamente o desejo, a vontade e as aspirações do sujeito que enuncia. Para além da análise linguística, vale pensarmos no que Orlandi (1999) nos alerta sobre aquilo que fala antes em outro lugar, ou seja, a memória discursiva. Vale pensarmos quantas vezes esse enunciado “Eu não sou racista” já foi dito, e afinal, o que vem significando o não ser racista?

Diante desse questionamento, podemos entender que construções como essa, “Eu não sou racista, mas”, podem ocorrer por diversas vezes na tentativa de driblar a identificação de práticas racistas e de tentar controlar a produção dos sentidos, e, principalmente, para que a discussão sobre privilégios e sobre raça seja evitada. Trata-se de uma atitude comum da pessoa branca se desviar e evitar discussões que apontem o racismo e que mostrem o quanto a sociedade branca é privilegiada e que, algumas vezes, não são os méritos que dizem ter que as colocaram nos lugares de destaques que desfrutam. Dessa forma os comentários 23, 24 e 26, mostram de maneira explícita dois fatores. O primeiro deles é a dificuldade do branco de aceitar o negro assumindo papéis e posições que antes eram apenas destinadas aos brancos. E o segundo é esse desconforto do branco em relação ao negro.

Há ainda a possibilidade de refletirmos sobre os dois funcionamentos da formação discursiva que Pêcheux (2015) elaborou, a partir das contribuições de Foucault: temos a paráfrase e a polissemia. Como sabemos, é pela observação do movimento/funcionamento parafrástico do enunciado “Eu não sou racista, mas”, que podemos perceber a filiação de sentidos e a constituição dos sujeitos que o (re)produzem nos processos discursivos. Assim como Pêcheux (2014, p.266 [1975]) define a paráfrase histórico-discursiva, mostrando que ela é capaz de “marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma formação discursiva historicamente dada”, Orlandi (1999, p.36) nos mostra que o discurso está sempre em tensão “entre o mesmo e o diferente”. A paráfrase, portanto, representa o retorno aos mesmos espaços do dizer e a polissemia, por sua vez, é o deslocamento, a ruptura do processo de significação.

Assim, vemos que esse enunciado “Eu não sou racista, mas” constitui uma memória que é histórica e que vem determinando a produção de sentidos e a constituição de sujeitos a partir das repetições e dos deslocamentos que ocorrem nos processos discursivos. Por isso, esse enunciado significa através das tensões que se instalam toda vez que ele é (re)produzido

filiando-se à formação imaginária racista que se vincula a uma formação discursiva que permite a (re)produção de práticas sociais racistas.

Então, percebemos que toda vez que esse enunciado “Eu não sou racista, mas” é (re)produzido, existe, nesse jogo de tensões entre a paráfrase e a polissemia, a tentativa de afastar a face histórica e discursiva quando se tenta legitimar o posicionamento que o sujeito tenta impor. Afinal, qual é o preço de se reconhecer racista em uma sociedade como a nossa? Como sabemos que a linguagem é um fenômeno social, Proença (2017, p.141) ¹⁶defende que em “Eu não sou racista, mas” ‘há fios, não apenas linguísticos, que desenrolam fatores históricos com os quais dialoga’ e a reprodução desse enunciado é uma tentativa consciente ou não de negar a existência do racismo. Por isso, a reflexão sobre os processos discursivos torna-se importante, pois nos permite olhar mais profundamente para os processos discursivos e questionar as relações sócio-histórico-políticas e ideológicas que os perpassam.

Já o comentário 25, um homem branco diz: “Ta bem, mas só não podem reclamar quando um americano branco de olhos azuis protagonizar um *live action*”. A expressão “Ta bem” somada a “mas só não podem reclamar” mostra que o sujeito enunciator sabe da existência da reclamação por parte de quem reprova a escolha da atriz negra, mas ao mesmo tempo diz “quando um americano branco de olhos azuis protagonizar um *live action*” e deixa explicitamente à vista a sua preferência, que é o branco protagonizando, e ainda ao especificar as características do branco, afasta o negro para o outro polo. O que faz lembrar aquilo que Guerreiro Ramos (1996) ¹⁷ estabelece, quando diz que na cor negra está investida de uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Por isso, o autor defender que se pensarmos em uma escala cromática a cor negra representaria o polo negativo. E o quanto dessas representações sociais podem ser lidas na relação entre língua e ideologia?

Vimos que, assim como Pêcheux (1975) postula, a história dos processos ideológicos e científicos perpassa a relação de língua e ideologia ao ponto de se envolver com as relações ideológicas de classe. Esse processo ocorre a partir da filiação com uma dada formação discursiva. Portanto, o que podemos notar é que esse dizer do comentário 25 se filia à uma formação discursiva capitalista racista, já que a discursividade, como defende Pêcheux (1975), não diz respeito à fala em si, mas engloba também todo o processo discursivo.

¹⁶ PROENÇA, Paulo Sérgio de. “NÃO SOU RACISTA, MAS...”: MOTIVAÇÕES LINGUÍSTICAS E HISTÓRICAS DA PROVERBIAL RETÓRICA À BRASILEIRA PARA A NEGAÇÃO DO RACISMO. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/4385-Texto%20do%20artigo-11554-1-10-20180109.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2021.

¹⁷ (RAMOS, 1996, p.128-129 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.311).

Um homem branco, na sociedade brasileira atual, nesse enunciado que ele (re)produz, mostra o quanto do capitalismo, ou seja, das relações de classe (superior e inferior) atuam sob o seu dizer. E por isso, ao selecionar o verbo “reclamar” em “mas só não podem reclamar”, acaba se projetando como superior na medida em que tenta deslegitimar o apagamento da figura do negro. É como se ele estivesse dizendo: “Aproveitem, porque logo o branco volta!”. E, ainda podemos dizer, que não se trata de reclamação, a questão do protagonismo do negro toca diretamente na estrutura da sociedade brasileira, que foi constituída no período da escravidão e que mesmo com a bandeira da ‘democracia social’ estendida, o sistema da sociedade ainda é excludente. Como afirma Fernandes¹⁸, o Brasil ainda não forma uma comunidade política verdadeiramente nacional, já que a maioria ainda está excluída da participação efetiva e eficiente dos direitos civis e políticos. O que torna ainda mais necessárias as reivindicações para que os negros conquistem as posições que lhes foram arrancadas.

O comentário 27 nos permite refletir sobre a memória discursiva que é histórica, ideológica e política. De acordo com a internauta, uma mulher negra, “todo mundo gosta de ver personagens parecidos com os originais, não* importa a etnia”. Assim, surge o questionamento: Por que então nós não vemos com muita frequência pessoas questionando os filmes com a representação de Cleópatra e dos egípcios que sofreram o clareamento? Esse é um exemplo dentre tantas outras vezes que o negro foi impedido de protagonizar, foi silenciado.

Sendo assim, o questionamento apontado no comentário 27 é incoerente, pois quando os negros foram representados por brancos em filmes e representações de circulação mundial, não há muitos questionamentos, principalmente, pela classe dominante. É essa a ação da memória discursiva que reúne acontecimentos históricos, políticos e ideológicos. Por vivermos em um sistema de classes e termos uma classe dominante, branca, racista e capitalista, a memória que é evocada provém dos pensamentos e do imaginário branco, pelos mesmos motivos, pelo domínio histórico, político e ideológico, pelo controle discursivo dos sentidos, pela censura, pelas interdições e pela violência.

De acordo com Orlandi (2007a), o silêncio resiste à pressão de controle que a língua tenta impor sobre ele. Ou seja, mesmo com essa tentativa de controle dos sentidos, o silêncio significa de outras formas, principalmente, pois Orlandi nos mostra que o silêncio tem a possibilidade de atravessar as palavras, indicando sempre que o sentido pode ser outro.

Os comentários contrários à escolha mostram que se filiam a outras formações discursivas que criam o efeito de “capa” ou “cortina” para que os sujeitos não vejam/percebam

¹⁸ (FERNANDES, 2016 citado por NASCIMENTO, 2016, p.20-21)

o racismo que praticam. Sendo assim, são essas formações discursivas que refletem as diferenças ideológicas que evidenciam posições diferentes dos sujeitos, que colaboram para o entendimento do silêncio no discurso, já que evidenciam o movimento contraditório, provocando a ilusão do sentido único. Mas é o silêncio que impulsiona esses processos discursivos.

No comentário 28, um homem branco diz “Vai ser um fracasso de público. Quem lacra não lucra”. Buscando o significado de “lacrar” e de “lacrção”, temos a definição de uma gíria que é utilizada para referir à ação de se sair bem, ser bem-sucedido, de ter sucesso. Entretanto, analisando a construção desse enunciado, percebemos que os sentidos que esse verbo “lacrar” constroem se expandem para além do que consta no dicionário. Nesse caso, após a afirmação de que vai ser um fracasso de público, vemos que o verbo “lacrar” admite o sentido de quem quer se expor, se gabar e se envaidecer. Com isso, a mulher negra, nesse caso, é colocada na posição de quem quer aparecer. Isso acaba colocando em dúvidas o talento, que seria um pré-requisito para a escolha da atriz. Ser negra e querer atuar em um filme como protagonista parece surtir o efeito, para os sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco, de tomada de posição, de usurpar. Esses sujeitos acreditam nessa lógica da lacração como ato irresponsável, portanto, tanto a atriz quanto a produtora Disney, nesse caso, sairiam prejudicadas (não lucra).

Nós podemos perceber que a ideologia age fortemente nesses sujeitos, pois os fazem deixar de repensar sobre os acontecimentos históricos, sociais e políticos que mostram o quanto a população negra vive sem referenciais nos mais diversos setores da sociedade. E, principalmente, o setor da mídia, de entretenimento, que para muitos, pode ser algo inofensivo, mas que não podemos deixar de olharmos com a criticidade devida. Esses comentários mostram que a sociedade está cada vez mais intolerante, racista e violenta.

BLOCO 6

Figura 35 - Publicação 06



Fonte: <https://twitter.com>

Excerto do texto publicado no site Omelete.com¹⁹ que é referenciado na publicação 06:

Como e por que falar de fidelidade na releitura da personagem de um filme que teve sua aparência “original” baseada numa atriz, sem nenhuma relação com o enredo da história, considerando os padrões de beleza branca vigentes na época da primeira versão? A verdade é que o exercício para pensar que a Ariel pode sim ser negra vem do esforço de revisitar toda a construção do imaginário desde o primeiro momento em que vamos consumir qualquer produção. Somos diariamente bombardeados e ensinados que o normal é branco, o ser universal é branco, os personagens em sua maioria esmagadora são todos brancos, principalmente os mais antigos. E mais, tudo isso vem de um passado da história da indústria cultural em que pensar REPRESENTATIVIDADE era um devaneio muito pouco considerado pelos produtores.

¹⁹ Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/por-que-halle-bailey-nao-pode-interpretar-a-sereia-ariel> Acesso em: 12 fev. 2021.

Figura 36 - C29



Nessa publicação (06), que traz o questionamento “Por que Halle Bailey não pode interpretar a sereia Ariel?”, foi selecionado apenas um comentário (29) para reflexão, mas que demonstra aspectos relevantes. O comentário, feito por uma mulher branca, concorda com o texto produzido pelo site, que apoia a escolha da atriz negra. Mas o que precisamos nos atentar é para a imagem que o acompanha. Essa imagem, carregada com um teor de crítica, se constitui como um meme²⁰. Nela, podemos ver que um personagem estica para as proximidades do rosto do outro um catálogo com várias cores e, na leitura, percebemos que são referências aos tons de pele. Os três primeiros tons, claros, separados na parte superior do catálogo, aparecem próximos a descrição “Sereia”. Os outros tons, presentes na parte inferior do catálogo, são mais escuros que os primeiros e aparecem próximo a descrição “Disney faz um novo filme na África que não afete a minha infância e nem meu racismo”. Podemos perceber então que, ao postar esse meme no comentário, a internauta traz essa crítica à tona.

²⁰ Imagem, vídeo, frase, expressão, parte de um texto etc., copiada e compartilhada rapidamente e através da Internet, por um grande número de pessoas, geralmente com um teor satírico, humorístico ou para zoar uma situação ou pessoa. (Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/meme/> > Acesso em: 12 fev. 2021).

É importante refletirmos como esse meme revela o que podemos observar em vários comentários sobre a seleção dessa atriz negra, que circularam nas redes sociais do público brasileiro. Podemos, então, afirmar que o tom de pele é a causa pelo descontentamento que surgiu. A proposta de fazer um novo filme ‘para não afetar a infância’ vem evidenciando o incômodo que a sociedade compartilha em relação à atuação do negro como protagonista. Ter uma negra representando uma personagem consagrada pela Disney há muitos anos, desestabiliza toda uma estrutura que consciente ou inconscientemente age nos sujeitos. Uma fragilidade que a população branca compartilha em relação ao estresse racial que a sociedade sente quando depara com a discussão de questões que tocam os privilégios de que desfrutam.

Esses sujeitos desencadeiam uma série de movimentos defensivos que incluem a expressão de emoções, como raiva, medo e culpa ou ainda se comportar através do silêncio ou abandono da situação criadora de estresse. São esses comportamentos que restabelecem o equilíbrio racial branco. Então, podemos perceber que esse meme evidencia como a classe dominante, através das materialidades discursivas que propaga e das formações discursivas que se filia, vem significando a presença do negro nas posições que ela valida ser de pertencimento exclusivo aos seus membros, a população branca.

BLOCO 7

Figura 37 - Publicação 07



4:45 PM · 3 de jul de 2020 · Twitter for Android

Fonte: <https://twitter.com>

Figura 38 - C30**Figura 39 - C31**

Essa publicação (07), foi postada há exatamente 1 ano depois do anúncio que a Disney fez sobre a escalção da atriz Halle Bailey para o papel da personagem Ariel em 03 de julho de 2019. Vemos que a página da PopZone no Twitter resolveu lembrar a data e fazer essa postagem em apoio a essa escolha feita pela produtora da Disney. Entretanto, o que podemos perceber é que, mesmo após um ano, os comentários que desaprovaram a atuação de Halle como Ariel ainda continuaram surgindo. Os comentários 30 e 31 demonstram esse descontentamento. Quando vemos o comentário “odiei” em resposta ao enunciado da postagem “O INÍCIO DE UM SONHO QUE VAI DAR CERTO!”, podemos nos questionar o quanto as formações imaginárias racistas que se vinculam à formação discursiva de ódio vão operar com força sob os sujeitos ao ponto de que eles não se sintam desconforto em expressar o ódio e o desprezo por pessoas negras.

Quando o internauta diz em C30 que “não deveria ser ela”, essa estrutura linguística nos revela efeitos de um processo ideológico que se pauta em uma predeterminação dos lugares sociais que cada grupo/classe social estaria destinado a ocupar. Dessa forma, observando o funcionamento desse enunciado, “não deveria ser ela”, em relação à escolha da atriz negra, percebemos que ele revela uma interdição, que além de ser uma interdição física, do corpo negro, se constitui como uma interdição discursiva, pois conforme afirma Foucault (1996, p.8-9), a produção do discurso em toda sociedade é ‘ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento’. Sendo assim, a interdição é um dos elementos que Foucault nos mostra que é capaz de, através da exclusão, impor o direito exclusivo ou privilegiado do sujeito que fala. E é por isso que podemos refletir sobre a íntima relação entre desejo e o poder que se revelam por meio das interdições que afetam os discursos.

O sujeito que escreveu o comentário 31, diz que o filme vai flopar²¹ por perceber a onda de insatisfação que percorreram nos comentários e podemos perceber isso pela adição dos caracteres “: (((“ para expressar tristeza. É importante atentarmos para um aspecto que pode passar despercebido, mas ao mesmo tempo que esse usuário tem esse posicionamento de dizer que o filme “vai flopar”, ele também revela que, de uma certa maneira, o usuário pode acreditar nesse fracasso. Já que o posicionamento de quem realmente vê a necessidade do protagonismo negro seria reafirmar a necessidade da contratação dessa atriz negra, como vimos nos comentários 15, 16, 17 e 18 alocados no bloco 3.

Aqui vale refletirmos sobre o inconsciente agindo nesse sujeito e pensarmos no procedimento da vontade de verdade, traçado por Foucault (1996, p.19), que atravessa o discurso, uma vez que, quando esse sujeito diz que “o filme vai flopar” e ainda coloca os caracteres com o símbolo de tristeza, acredita estar construindo uma afirmação, mas o que ele faz é retomar os já-ditos que apontam para uma atitude racista. A vontade de verdade é confundida e “mascarada pela própria verdade”, conforme defende Foucault, fato que leva o sujeito a acreditar que está se posicionando contra o racismo, mas o que ocorre é que ele se torna refém da vontade de verdade. Se pensarmos que o que motivou o sujeito a (re)produzir esse comentário foi a interdição de que ele não poderia ser racista, então, inconscientemente, esse enunciado “esse filme vai flopar tanto : (((“ é resultado de uma interdição que transcende o querer dizer do sujeito.

²¹ Flopar (gíria): Não obter o resultado esperado; fracassar no que se propôs realizar. (Disponível em: <https://www.dicio.com.br/flopar/> Acesso em: 13 fev. 2021)

BLOCO 08

Figura 40 - Publicação 08 – C32



Fonte: <https://instagram.com>

A publicação 08 se utiliza de uma charge para a veiculação da notícia de que uma atriz negra foi selecionada para o papel de protagonista na *live action*. É importante atentarmos para o modo como essa charge elaborada, principalmente pelo teor crítico constitutivo desse gênero. Ao observarmos a caricatura da sereia em pele de tom negro, vemos que não houve alteração no tom do cabelo (ruivo) da personagem branca do desenho animado. Essa manutenção do ruivo visa estabelecer um contraste entre a pele negra e a cor do cabelo, uma das principais características da personagem branca. Dessa forma, vemos que existe a imposição de um padrão que desautoriza a mulher negra para ocupar esse papel se expressando e protagonizando uma personagem a partir de suas características físicas e biológicas. Nesse caso, o autor da charge se esquece de que se trata de uma personagem, elemento de um plano fictício, e que, portanto, pode ser representada por qualquer ator/atriz, independente de características físicas. Recordamos, então, que o padrão cultural, como Hall explica, é imposto sobre culturas que são subalternizadas. Um padrão que “cultua” os traços dos brancos como o belo, o merecedor de atenção, que tem permissão para protagonizar diferentes personagens.

Além disso, precisamos nos atentar para o enunciado que intitula a charge “O canto da sereia”, que faz referência a uma das ações da sereia nessa produção cinematográfica. Halle Bailey é cantora e, quando temos o anúncio de sua atuação na *live action*, e nesse caos, somado

ao que é enunciado do título da postagem, vemos que essa aptidão da atriz funciona como um atributo compensador, já que percebemos uma grande onda de comentários negativos e contrários a atuação da jovem negra, o fato de que ela é ‘uma excelente cantora’ “compensa” o tom de pele “destoante”, “errado”, “disforme”, que a atriz possui. Isso considerando o ideário da brancura e os enunciados (re)produzidos por sujeitos interpelados por uma ideologia que propaga o supremacismo branco. Esses aspectos da charge não podem ser desconsiderados, pois apontam para conflitos que emergem em diferentes situações e envolvem questões de raça e racismo na sociedade brasileira.

No comentário 32, vemos, explicitamente um sujeito que propaga o discurso de ódio, que se potencializa com os xingamentos que ele seleciona. E, observando como o internauta estrutura esse enunciado, podemos perceber que ele se coloca como uma vítima, que sofrerá com as “terríveis” consequências – “o que meus filhos vão pensar no futuro” – da seleção de uma atriz negra para protagonizar um filme de grande alcance na Disney. Quando diz: “Não é racismo gosto de muitas personagens negras como Moana”. Vemos que essa justificativa é selecionada pelo internauta, pois ele já parte de um dizer outro “acusativo” e, por isso, o sujeito já se antecipa dizendo que não é racismo esse posicionamento que assume. Vemos que, ao construir a sua afirmação, o internauta, vai repetir esse enunciado “Não é racismo” durante a construção do seu argumento, o que faz parecer que o sujeito que diz já prevê a repercussão daquilo que ele fala.

Para Foucault (2008, p.24 [1969]), existe um limite no campo dos acontecimentos discursivos, imposto pelas sequências linguísticas, que possibilita a seguinte reflexão: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. Nós podemos refletir, então, como apareceu o enunciado “Não é racismo” durante a afirmação desse internauta? Sabendo que esse enunciado é (re)produzido por um homem branco, podemos iniciar refletindo que, como no Brasil se instalou o ideal da brancura, e que existe, assim como afirma Elisa Nascimento (2003, p.130), todo um sistema de discriminação velado contra o negro, que se disfarça através da ideia de “democracia racial”, esse ideal da brancura se camufla no elogio da mestiçagem e no discurso pretensamente anti-racista. Entretanto, ele age ativamente na sociedade brasileira. Então, podemos afirmar que essa repetição “Não é racismo” funciona como uma forma de ele mesmo reafirmar para si que o que vale é a opinião dele, já que ele é parte da classe dominante, a classe que manda e dita o que é e o que não é racismo, afinal, para a classe dominante, o Brasil é um país mestiço que “aceita” e convive afetosamente com a população negra.

Sabemos que o racismo está intimamente vinculado à ideologia de supremacismo branco, que por sua vez, é “flexível e mutante, é capaz de incorporar o repúdio ao critério biológico e manter o seu legado, de forma inconsciente, operando nas relações sociais”²². Assim, podemos responder que esse enunciado “Não é racismo” surge na construção (re)produzida por esse internauta a partir de motivações histórico-político-ideológicas que, através do inconsciente da maioria da população branca, valida não só o ideal da brancura, mas o efeito de sentido do ser colonizador do outro (negro). Portanto, essas são as condições de produção que causam esse efeito de poder e dominação do branco sob o negro e que permeiam/produzem o discurso racista.

BLOCO 09

Figura 41 - Publicação 09



Felipe Neto 🇧🇷 🇺🇸 @felipeneto · 5 de jul de 2019

A Pequena Sereia ser negra na adaptação pros cinemas não muda nada pra história e menos ainda na vida das pessoas brancas.

Porém, pode significar O MUNDO para pequenas meninas negras que crescem num mundo de baixíssima representatividade.

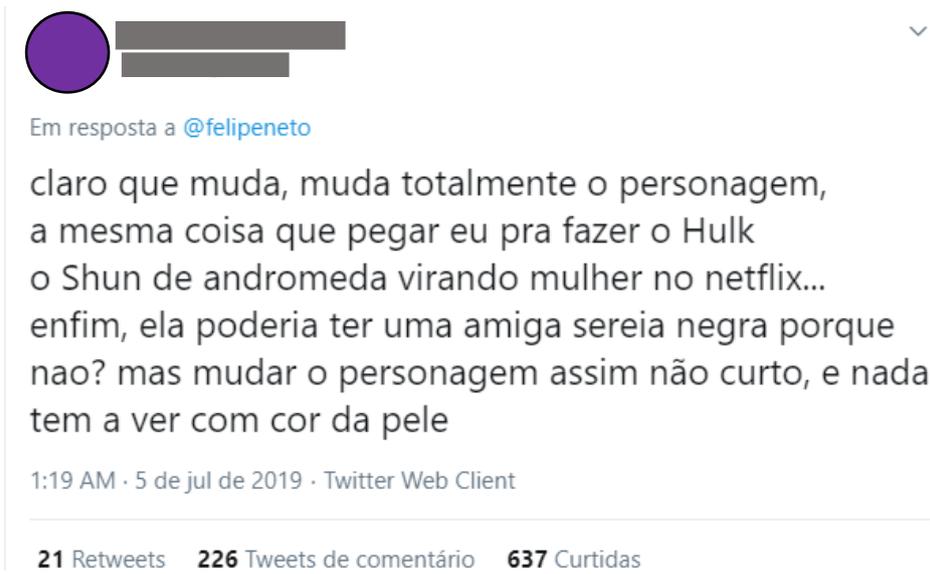
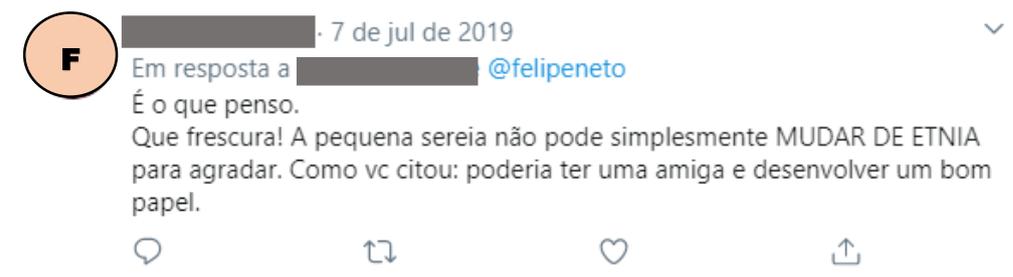
Por favor, CONVERSE com pessoas negras.

Uma atriz negra será a Pequena Sereia e tem gente que não gostou

Halle Bailey, de 19 anos, foi a escolhida para dar vida à sereia Ariel

Fonte: <https://twitter.com>

²² (NASCIMENTO, E., 2003, p.143).

Figura 42 - C33**Figura 43 - C34****Figura 44 - C35**

A publicação 09 traz uma postagem de um influenciador digital, Felipe Neto, fato que não pode ser desconsiderado, tendo em vista o posicionamento que ele assume publicamente, as bandeiras que levanta e com as quais se engaja, se encaixa no que atualmente é tratado como “politicamente correto”. E, por isso, a influência sempre parte desse ponto, para que os seguidores assumam posicionamentos parecidos e “concordem” com as ideias expressadas por cada influenciador do espaço digital. Assim, essa postagem assume um caráter que vai além de

uma mera expressão de ideia/palpite, mas assume o caráter de uma tentativa de influência sobre os outros usuários dos meios digitais.

Ao contestar um dos argumentos que foi exposto na publicação 11, o comentário 33 e 34 trazem a sugestão de que ao invés de a personagem Ariel ser negra, na *live action*, ela poderia ter uma amiga sereia negra. E ainda acrescentam que esse questionamento nada tem a ver com a cor da pele. Enunciados como esses nos remetem àquilo que Abdias Nascimento, Elisa Nascimento e Stuart Hall discutem sobre a posição do negro na sociedade. Para além da confusão com o termo etnia por se tratar de um personagem fictício (sereia), no comentário 34, podemos lembrar o que Hall (2013, p.78) explica que a etnicidade trabalha sob o viés da diferença no campo cultural e religioso, mas frequentemente se contrapõe a raça. E, como o racismo biológico privilegia marcadores como a cor da pele, esses significantes também têm sido utilizados para conotar diferenças sociais e culturais. Os negros são estigmatizados por razões étnicas, taxados como culturalmente diferentes, acabam sendo também sendo caracterizados em termos físicos, ambas formas de inferiorização. É por isso que não podemos esquecer que o referente biológico ‘nunca opera isoladamente, porém nunca está ausente, ocorrendo de forma mais indireta nos discursos de etnia’.

Observando esses dois comentários (34 e 35), podemos perceber o imaginário branco e apesar de não conseguirmos saber se são pessoas brancas ou não brancas que (re)produzem esses enunciados, por utilizarem usuários avatares, a própria sugestão de colocar uma sereia negra como uma personagem amiga de Ariel, ou seja, coadjuvante, assemelha-se muito com o modo de se relacionar, de “ver o mundo” que a maioria da população branca brasileira vem demonstrando. As relações de classe, promovida pela classe branca dominante juntamente com o sistema econômico, político e ideológico do capitalismo, criam um espaço propício para a produção e reprodução do discurso racista, que por sua vez dá força para o processo de desconstrução da identidade do negro brasileiro.

Quanto menos o negro exerce posições de protagonismo em áreas administrativas, governamentais e científicas, e quanto menos políticas públicas se tem para proporcionar esse acesso à população negra brasileira, mais forte fica o efeito do sortilégio da cor, que promove barreiras contra a construção da identidade do negro brasileiro e impulsiona o genocídio velado, mas ativo. É por isso que Elisa Nascimento (2003, p.136) vai afirmar que, enquanto o índio é visto como nobre selvagem e representa a pureza do Brasil-natureza, o negro, problemático, é visto como um não-Brasil que precisa ser branqueado/eliminado.

O comentário 35 – resposta ao comentário 33 – faz a retomada um enunciado muito comum de surgir cotidianamente na sociedade brasileira quando uma pessoa tenta contornar

uma acusação de ter produzido um discurso racista, ela diz “Não sou racista, tenho até amigos que são negros”. Portanto esse posicionamento do usuário no comentário 35 demonstra que ele identificou o discurso e o posicionamento racista dos comentários anteriores. Isso fica evidente na escolha lexical com o emprego do termo “Traduzindo” para expressar essa ideia. E é ainda o procedimento da paráfrase que promove a retomada desse dizer, mas mostra que o sentido produzido é outro e que a posição assumida por ele é constituída de outra forma, ou seja, de denúncia do racismo e não de propagação.

À vista das questões analisadas e das reflexões traçadas em relação aos comentários coletados, vemos que o incômodo referente à atuação e à presença do negro em determinadas posições na sociedade é fortemente (re)produzido e reforçado nos Aparelhos de Estado. A escolha de uma atriz negra para protagonizar uma *live action* revela como o discurso racista (re)produzido na sociedade brasileira está ativamente presente, mas ao mesmo tempo, disfarçado por meio das desculpas de uma “democracia racial”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do aparato teórico da Análise de Discurso Pecheutiana, neste trabalho, nos propomos a analisar os efeitos de sentido promovidos por publicações nas mídias digitais em relação à notícia da seleção de uma atriz negra para protagonizar a *live action remake* intitulada “The Little Mermaid”. E, ainda, compreender quais foram os processos históricos e discursivos que originaram e que ainda perpetuam o incômodo que a sociedade brasileira compartilha em relação ao protagonismo do negro.

Para responder às questões que motivaram e orientaram a realização desta pesquisa, as discussões e reflexões trabalhadas e defendidas por estudiosos do discurso e de questões relacionadas a raça e racismo colaboraram amplamente para a realização das leituras, interpretações e análises propostas. Dessa forma, quando nos questionamos sobre qual era o tratamento que vem sendo dado pelas mídias sociais ao protagonismo do negro em produções cinematográficas e quais seriam as representações simbólicas do negro que estão sendo construídas no ambiente virtual, vimos que os negros ainda lutam contra servidões tanto visíveis quanto invisíveis. O negro ainda ocupa a base da estrutura piramidal em que se construiu a sociedade brasileira e, portanto, ainda vem sendo tratado como símbolo exclusivo do trabalho árduo. Existe uma imposição que é histórico-política-ideológica atuante na sociedade brasileira desde a colonização que vai permitir que o negro “entre” e faça “parte” da malha social só se for pelas portas do fundo, conforme nos mostra Nascimento (2016) ao se referir ao tratamento dado também ao criminoso e à prostituta. Já os atributos de beleza e feminilidade, quando se trata de produção cultural e, conseqüentemente, cinematográfica, são reservados para a mulher branca. Portanto, a mulher negra ainda é desautorizada de ocupar esse lugar. Existe um apagamento constante da figura do negro nas produções cinematográficas e, quando ele aparece, é apenas como um figurante, um personagem secundário, mudo, calado, sem voz.

Após as análises, vimos que o discurso racista é latente na sociedade brasileira. Com as reflexões realizadas mediante os comentários coletados, foi possível perceber que a maioria dos enunciados demonstram filiação à ideologia da classe dominante, a ideologia do supremacismo branco. A notícia de que uma jovem negra norte-americana representará a personagem Ariel, protagonista do filme, provocou o público brasileiro em uma questão antiga, mas silenciosa entre os debates na sociedade, o protagonismo do negro. Pela dificuldade de aceitação e pelo incômodo que a maioria dos usuários expressaram em relação a atuação de Halle Bailey no filme, percebemos o quão forte e profundo são as relações imaginárias que discursivizam e

materializam a estrutura social do Brasil e, com isso, ditam os lugares e as posições que podem e devem ser assumidas, e por quais grupos.

Percebemos que a rede social é um ambiente que potencializa a (re)produção das violências simbólicas. Nos enunciados analisados, vimos que o discurso racista é identificado na medida em que os usuários reprovam a seleção da atriz negra e expressam o incômodo que compartilham em relação à possibilidade de negros protagonizarem nas reproduções cinematográficas. Vimos que as postagens realizadas nas redes sociais analisadas reforçam o caráter difuso e silencioso do racismo brasileiro. A bandeira da democracia racial colabora para que o discurso racista se reforce entre os Aparelhos de Estado. E, por isso, a rede social é capaz de potencializar os efeitos perversos do racismo, por conta da sua capacidade única de propagação e de conectividade entre usuários.

Refletimos também sobre a quantidade expressiva de comentários coletados na rede social do Twitter. Vimos que muitos deles foram realizados por usuários avatares, sem a identificação de fotos e nomes legítimos. Essa característica nos chama muito a atenção, já que essa possibilidade de se “camuflar” e se “esconder” através de avatares pode despertar nos usuários uma sensação de descompromisso com as postagens e comentários que compartilham. O discurso racista (re)produzido nessas condições potencializa ainda mais a ideia de “cortina” e “máscara” que a sociedade brasileira tenta utilizar para negar a presença marcante do racismo na sociedade.

A partir das leituras e das análises que o aparato teórico da Análise de Discurso nos possibilita realizar, vimos que os enunciados reclamam, consciente ou inconscientemente, a estrutura social colonial, através de negações impostas ao negro brasileiro que o impedem de acessar posições e de viver sob o amparo de direitos que, afinal, lhe foram arrancados. Com as contribuições dos autores que se dedicaram a refletir sobre raça e racismo, vimos como o discurso racista está totalmente fixado na estrutura da sociedade brasileira, ao ponto de, através da ação da ideologia, se normalizarem os posicionamentos e as práticas violentas, que conduzem a desconstrução da identidade do negro.

Observando a memória discursiva evocada nos discursos sobre as relações estabelecidas pelo povo negro na sociedade brasileira, percebemos que, até nos dias atuais, o negro continua sendo associado ao trabalho árduo, em uma relação de inferioridade que o leva a ser considerado um não pessoa, um não-Brasil. E observando as relações que se estabelecem desde a colonização, percebemos que, para além disso, quando se trata da mulher negra, esses efeitos se potencializam: a mulher negra é vista como o extremo oposto da beleza e da feminilidade, atributos reservados à mulher branca, conforme a ideologia do supremacismo branco interpela.

Sendo assim, foi possível a reflexão de um questionamento que Orlandi (2007b, p.50-51) propõe quando reflete sobre o processo de interpretação que o sujeito faz ao (re)produzir enunciados. De acordo com a autora podemos nos questionar: “Mesmo sem o saber, por que o sujeito imprime esta e não aquela direção à argumentação” Após as leituras realizadas sobre raça e identidade, percebemos que a sociedade brasileira, desde a colonização, reduz os grupos de cor escura na condição de permanência na base da pirâmide social e que é através do sistema capitalista que continua se mantendo essa relação, em que a classe dominante domina a classe que foi marginalizada e que esta ainda sofre com as tentativas de apagamento e genocídio constantemente. Isso faz com que os sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco tracem argumentos que pertencem às formações discursivas racistas. Tais formações delimitam o que pode e deve ser dito sobre as relações entre brancos e negros, o que, por consequência, tem reflexos nas práticas sociais desses sujeitos.

Então, pensamos que uma das respostas para esse questionamento de Orlandi são as motivações histórico-político-ideológicas, que se iniciam no momento da colonização e se alastram até os dias atuais nas mais diversas formas do racismo que é institucionalizado, velado, silencioso, mas ativamente genocida. Já que a AD não está interessada no texto como objeto final de sua explicação, mas sim como uma unidade que lhe permite ter acesso ao discurso, podemos afirmar que existem processos ideológicos que consciente e/ou inconscientemente, continuam movimentando os discursos racistas nas redes sociais e nas práticas discursivas cotidianas na sociedade brasileira.

O trabalho ideológico é um trabalho da memória, conforme defende Orlandi (1999). Dessa forma, podemos entender que se a escolha de uma atriz negra para ser a protagonista de um filme aciona essa memória – que é institucional, estabiliza e cristaliza²³ – de um olhar dominador sobre o negro, olhar esse que enxerga o negro como alguém perverso/mau, que precisa de conversão, alguém prejudicial, que precisa ser impedido, negado, paralisado, que precisa ser eliminado, algo ruim.

Como sabemos que o sujeito fala de um determinado lugar social, que acaba sendo constitutivo desse sujeito e que as palavras veiculam diferentes sentidos dependendo da posição ideológica que ele ocupa, aqueles que (re)produzem enunciado que desaprovam, ridicularizam e a escolha da atriz negra vão mover esses processos ideológicos e discursivos, evidenciando não só os seus vínculos com a formação discursiva racista, mas sua posição social e ideológica.

²³ Orlandi, 1999, p.10

Vimos também que existe um grau de cobrança maior em relação à atuação negra no mercado de trabalho, principalmente nas mídias, no meio cinematográfico. A ideologia do supremacismo branco postula que existe já determinado que negros não ocupam os mesmos lugares de poder que os brancos ocupam. No imaginário branco, o negro “quer” ocupar esses lugares e, para isso, ele precisa ser muito bom no que faz, ter um talento incomum, para assim conseguir chegar, ainda que com dificuldades, nos lugares onde os brancos desfrutam predominantemente.

Assim como Hall (2003) vai questionar: “Que negro é esse na cultura negra?”, percebemos como o racismo age em sua maneira velada, mas de forma intensa em diferentes práticas sociais. Muitos sujeitos propagam o discurso racista inconscientemente. E é, muitas vezes, inconscientemente que eles vão consumindo a ideia de cultura “perfeita” em referência à cultura ocidental, ao padrão branco, que é vendido e fortemente incentivado pelo sistema capitalista que, por sua vez, lucra às custas do genocídio da população negra.

Conforme Elisa Nascimento (2003)²⁴ aponta, são ‘infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra’. Os internautas, assujeitados pela ideologia do supremacismo branco, percebem a atuação do negro na sociedade e, nos processos discursivos acionam uma memória de que a beleza e a bondade estão para o branco assim como a imperfeição e a maldade estão para o negro. É uma memória que traz o racismo que é estrutural, funciona entre os Aparelhos do Estado, em sua dimensão simbólica, por vezes, difusa, mas ativa. E, ainda, assim como Achard (1999) nos mostra, a construção discursiva do sentido na memória envolve todo um jogo de força que é a partir dos movimentos de retomada entre os discursos que o social é impactado. Todas as vezes que os sujeitos brancos reproduzem enunciados que evocam essa memória do negro em posições de margem, essa enunciação não é resultante apenas do sujeito que a reproduz, mas sim de um processo maior, um processo de reformulação de já-ditos.

Entendemos, também, conforme mostra Abdias Nascimento (2016, p.83), que na sociedade escravocrata brasileira, os negros, para além de viverem o terror do mito do ‘africano livre’ que não era nada diferente de uma escravidão em liberdade, silenciosa, mas avassaladora, assistiam as mulheres negras receberem a herança cruel de ser o objeto de prazer dos colonizadores. Isso era numa tentativa do branqueamento da sociedade, principalmente com o ‘medo’ da ‘mancha negra’, que assombrou a classe dominante. É importante lembrarmos desse

²⁴ (RAMOS, 1996, p.128-129 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.311).

aspecto histórico na constituição da nossa sociedade, para que o nosso olhar sob as produções discursivas (re)produzidas pela classe dominante contemple essas questões e esteja em alerta para as ocorrências das práticas violentas do discurso racista.

É o exercício da vontade de verdade nos discursos (re)produzidos na sociedade brasileira que nos ajuda a compreender um reforço que marca ainda mais a presença do desejo e do poder nos discursos, principalmente, em relação às questões de raça e identidade. Orlandi alerta sobre a necessidade de refletirmos sobre os processos discursivos e as relações de poder, ao passo que os sentidos da colonização ainda estão entre nós. Entre a repetição e a diferença, ou seja, entre a paráfrase e a polissemia, ao longo da história de constituição do nosso país, percebemos que a memória que vem sendo evocada ainda é a de que os brancos mandam e desmandam onde o negro pode aparecer, onde o negro pode atuar.

O que podemos perceber é que ainda existe um incômodo que é compartilhado pela população branca brasileira em relação à presença do negro em posições que antes eram reservadas apenas para a classe dominante. Com isso, essa sociedade se ressentida de tal forma que tenta, através dos processos discursivos, se vitimizar e se desautorizar das práticas racistas que, cotidianamente, reproduzem.

Portanto, entendemos que o discurso e os efeitos discursivos não estão “colados” nas estruturas gramaticais, ou seja, os efeitos de sentido da palavra colonização não se limitam ao textual, mas às relações ideológicas, históricas e sociais que perpassam o dizer em que esse termo foi utilizado. São relações que atravessam os sujeitos, constroem e desconstroem sentidos e se movem, se movimentam entre os enunciados. Desse modo, percebemos ser ainda mais importante a reflexão sobre os processos ideológicos que perpassam os discursos (re)produzidos por esses sujeitos, assujeitados pela ideologia do supremacismo branco, integrantes da sociedade brasileira que tem o racismo em sua estrutura.

Considerando os diversos processos históricos-políticos-sociais que envolvem a (re)produção do discurso racista e a (des)construção da identidade do negro, podemos apontar alguns questionamentos que visam instigar futuras pesquisas: Como se deram os comentários nas mídias sociais em outras partes do mundo que também vivem o racismo e a discriminação racial? E em contraposição, como foi a recepção em países que respeitam e aceitam a diversidade e a representatividade? Quais seriam os comentários dos alunos de escolas de ensino de base da rede pública em relação às postagens anunciando a escolha da atriz para o papel? Seriam diferentes se os alunos estudassem na rede particular? São questões que merecem atenção e podem gerar reflexões pertinentes para a construção de uma sociedade mais crítica e menos preconceituosa.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et ali. **Papel da memória.** Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado.** Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** (1969) Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola (coleção Leituras Filosóficas), 2009. 79 p. ISBN 978-85-15-01359-3.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Organização Liv Sovik; Tradução Adelaide La Guardia Resende [et al.]. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 480 p. (Humanitas)

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3°.ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor:** Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, [1999], 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. – 6. Ed. – Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. – 5. Ed. – Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2007b.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi - 7ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, [1975], 2014.